documentos

A. Sedas Nunes

Materiais de uma experiência pedagógica:

sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais

Dois documentos são aqui reunidos, dos quais o primeiro tem por título «Introdução ao problema do conhecimento da realidade social» e o segundo «O conhecimento científico do social como produto de um trabalho de abstracção e construção». Foram preparados para uso dos docentes e alunos, no quadro de um ensino de Introdução ao Estudo das Ciências Sociais e de Metodologia Geral das Ciências Sociais. Cada documento compreende uma introdução, onde o respectivo tema é esquemàticamente enunciado, e um conjunto de textos de diversos autores, seleccionados e ordenados de forma a permitirem e suscitarem a discussão crítica e o desenvolvimento desse tema, assim como a aplicação, a problemas concretos de análise, de princípios e conceitos adquiridos naquela discussão.

APRESENTAÇÃO

Os planos de estudos recentemente adoptados (Decreto-Lei n.º 520/72, de 15 de Dezembro) para os bacharelatos em Economia, em Organização e Gestão de Empresas e em Ciências do Trabalho incluem, no 1.º semestre, a disciplina de Introdução ao Estudo das Ciências Sociais e, no 2.º semestre, a de Metodologia Geral das Ciências Sociais. Tendo-me sido confiada, em 1972-73, a direcção das equipas docentes dessas duas disciplinas nos Institutos Superiores de Economia e de Ciências do Trabalho e da Empresa, fui naturalmente levado a incluir no respectivo programa alguns pontos que intimamente se prendem com a problemática a que o presente volume de *Análise Social* se subordina.

Em estreita colaboração com aquelas equipas, prepararam-se, para o tratamento desses pontos, os instrumentos de trabalho necessários. De acordo com uma pedagogia que deliberadamente quis excluir a «sebenta», o predomínio da aula magistral e a pas-

sividade memorizadora dos alunos, tais instrumentos consistiram num certo número de «cadernos» (em princípio, um por cada capítulo do programa) contendo, numa «introdução» ou «sumário-guião», o esquema da temática a trabalhar nas aulas correspondentes e, em secções de «bibliografia» e de «textos de aplicação», a informação básica indispensável para a discussão fundamentada e para os desenvolvimentos individuais ou em grupo dos temas considerados, tendo-se em vista suscitar, em toda a medida do possível, um exercício colectivo da capacidade de reflexão crítica.

Com ligeiras alterações formais, reproduzem-se seguidamente dois desses «cadernos» — os n.os 1 e 3 —, tais como foram apresentados aos estudantes. Nas aulas verificou-se que puderam operar como eficazes incitadores de curiosidade, de debate e de aprendizagem reflectida e consciente. Fora do contexto e da forma da prática pedagógica a que se destinaram, não é claramente previsível o efeito que poderão ter nos seus eventuais leitores. De qualquer modo, três razões determinaram a decisão de os inserir em *Análise Social*. Por um lado, a de serem, tal como os demais textos incluídos neste volume, produto (ainda que indirecto) de um trabalho colectivo do Gabinete de Investigações Sociais. Por outro, a de se julgar útil, mesmo com o risco de os resultados da divulgação não virem a coincidir exactamente com os pretendidos, colocar à disposição de um público mais amplo que o dos alunos que sobre eles se debruçaram documentos de trabalho que estes geralmente acolheram com agrado e, tudo o indica, com manifesto proveito. Por último, a de nesses documentos se tocar em temas que não são apenas afins, mas de certo modo complementares (se é que não preambulares), dos abordados nos diferentes artigos inclusos neste volume.

No «sumário-guião» do caderno n.º 3 encontram-se diversas remissões para o meu livro *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais* (ed. do Gabinete de Investigações Sociais, 1972). Esclareça-se que tais remissões se explicam por esse livro ter sido adoptado como *texto-base*, destinado a *apoiar*, como obra de referência, todo o trabalho pedagógico ao longo do ano lectivo. Outras obras foram, aliás, recomendadas à leitura dos alunos, tendo-se insistido especialmente no livrinho de Margaret COULSON e David RIDDEL *Approaching Sociology* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1970), de que o caderno n.º 1 contém pequenos extractos.

Introdução ao problema do conhecimento da realidade social

I

SUMÁRIO-GUIÃO DAS AULAS

1. Todas as ciências têm como objectivo comum *o conhecimento da realidade*. É este, portanto, também o objectivo das ciências sociais.

   1.1 O problema dos fundamentos, origem, natureza, valor e limites do *conhecimento* tem sido tradicionalmente incluído na filosofia, obtendo, no âmbito desta, diferentes respostas.

   1.2 Um aspecto essencial desse problema reveste-se de especial importância para as ciências sociais: *a irredutibilidade entre o saber e o ser, ou seja, entre o conhecimento e a realidade*. Veremos em 3.1 porquê.

2. Sem nos envolvermos em controversas especulações filosóficas, esse aspecto pode e deve ser dilucidado mediante uma tomada de consciência e reflexão acerca do que é característico do trabalho científico e que precisamente se revela nas próprias produções intelectuais resultantes desse trabalho, conforme é possível verificar através de exemplos (discutidos nas aulas).

   2.1 Seguindo esta via, torna-se claro, por um lado, que, embora as diversas ciências visem efectivamente o conhecimento dos «objectos reais», isto é, dos objectos de que o mundo realmente se compõe, o que, no entanto, caracteriza o trabalho por elas efectuado não é a apreensão e a manipulação *directas* de tais objectos, mas a construção de «objectos de conhecimento», formados por conceitos e relações entre conceitos, os quais servem como instrumentos (mediações) indispensáveis para, *indirectamente*, se alcançar uma certa forma de apropriação (aproximação) cognitiva do real.

   2.2 Por outro lado, o trabalho científico pode ser analògicamente assimilado ao trabalho industrial de produção de bens, pois que obedece à forma geral «trabalho humano de transformação de matérias-primas em produtos, mediante recurso a determinados instrumentos». Há, porém, que ter presente que, no caso do trabalho científico, as

matérias-primas são constituídas por todo o tipo de informações disponíveis sobre o real, os instrumentos de trabalho são formados por todo o conjunto de conceitos e de relações entre conceitos, métodos e técnicas de que uma dada ciência se pode servir em certo momento e os produtos obtidos são conhecimentos científicos novos.

3. A produção e a aceitação de conhecimentos científicos, no âmbito das ciências sociais, defrontam-se, porém, com *obstáculos e resistências específicos,* que até certo ponto decorrem da especificidade da própria realidade social.

   3.1 Um primeiro obstáculo tem que ver com o facto de a realidade social nos ser «familiar» e com a multiplicidade de espontâneas «evidências de senso comum» a que tal «familiaridade» dá origem. A realidade social apresenta-se-nos, na experiência vulgar, como susceptível de ser *imediatamente* apreendida e compreendida, precisamente porque, vivendo e participando nela quotidianamente, nos sentimos com ela «familiarizados» e julgamos portanto «conhecê-la». Qualquer pessoa se mostra capaz de *falar sobre* a sociedade, sobre o que nela se passa, sobre o que nela vê ou supõe ver. Ao fazê-lo, produz — ou muito simplesmente reproduz — noções, descrições e mesmo explicações que se lhe afiguram «evidentes» e que não menos «evidentes» parecerão a muitas outras pessoas. A produção de conhecimentos científicos acerca da realidade social pressupõe rompimento e dissipação dessa compacta «nuvem de evidências» sem crédito científico que a envolve — dificuldade adicional de que as ciências da natureza desde há muito se acham amplamente libertas.

   3.2 As concepções do senso comum cabem, sem dúvida, numa acepção lata de *ideologia,* na medida em que são formas, não pròpriamente de «conhecer», mas de «reconhecer» em termos práticos, o mundo a que se pertence, os «objectos» que nele se distinguem e as relações que com aquele e com estes os indivíduos e os grupos mantêm. Nas ciências sociais é frequente, todavia, denominarem-se «ideologias» apenas certas concepções/interpretações da realidade social que servem para legitimar os interesses de determinados grupos e que por vezes, mas só por vezes, se exprimem através de sistemas de pensamento muito elaborados. As «ideologias», assim entendidas, implicam sempre *deformações* ou *ocultações* de certos aspectos da realidade, que podem, aliás, ser dos mais importantes para a sua correcta compreensão. Constituem, por isso mesmo e por estarem fortemente ligadas a interesses essenciais de grupos, um obstáculo particularmente poderoso e resistente ao conhecimento científico. Deste obstáculo, só as ciências da natureza se puderam, algumas desde longa data, pràticamente desembaraçar.

4. Quer o «senso comum», quer as «ideologias» justificadoras de interesses de grupo, tendem frequentemente a descrever e a interpretar o social *em termos não sociais,* dificultando desse modo o acesso à *«explicação do social pelo social»*. Ora este tipo de explicação corresponde a um requisito metodológico basilar das ciências sociais — requisito que é, de resto, inteiramente análogo aos de, por exemplo, «explicar o físico pelo físico» ou «o biológico pelo biológico», com base nos quais as ciências físicas e biológicas foram constituídas.

   4.1 Uma das formas mais correntes, e *a que chamaremos «naturalista»,* de conceber o social em termos não sociais consiste em descrevê-lo/interpretá-lo *a partir de factores ditos «naturais»* (real ou supostamente físicos, biológicos ou psicológicos), isto é, de factores que se consideram «inerentes à natureza humana» ou inerentes à «natureza» de um povo, de uma área geográfica, de uma raça, de cada um dos sexos, etc.
   Este género de descrições/interpretações implica a afirmação do «carácter natural» (= absoluto) dos fenómenos cuja explicação assim se apresenta. E tal afirmação tende, por sua vez, a excluir a necessidade de qualquer investigação social acerca desses fenómenos, visto que, por hipótese, serão «naturais», e não «sociais», as causas que os explicam.
   Simultâneamente, tende a erigi-los em factos «indiscutíveis», incontroversos, que, por exprimirem «a própria natureza das coisas», devem permanecer ao abrigo de toda a «relativização» — o que é formalmente contraditório com qualquer tentativa de «explicar o social pelo social». Com efeito, nesta última, os fenómenos cujo conhecimento se procura atingir são sempre submetidos a um processo de interrogação e problematização que — ao pressupor que tais fenómenos podem variar significativamente, ou mesmo não ocorrer, em função de diferentes «contextos sociais» — forçosamente os «relativiza», isto é, lhes denega «carácter absoluto».

   4.2 Outra forma — talvez ainda mais difundida que a anterior — de reduzir o social a termos não sociais é *a que designaremos genèricamente de «individualista»,* se bem que, em certas das suas expressões, talvez mais adequado fosse denominá-la de «humanista». Subentende a noção de que *só os indivíduos são «reais»,* de que só eles «realmente existem». A sociedade será, por conseguinte, segundo esta noção, *apenas um conjunto de «pessoas»,* todas individualizadas, singulares, diferentes umas das outras, agindo e interagindo de acordo com ideias, interesses, sentimentos, aspirações, motivações que se considera serem-lhes «imanentes» e tomando a cada passo «decisões» que se supõe resultarem ùnicamente do seu próprio livre-arbítrio. No limite, esta concepção leva a rejeitar toda a possibili-

dade de «explicar o social pelo social» e, por conseguinte, toda a legitimidade de se constituírem ciências sociais. Com efeito, por um lado, permite alegar que a extrema variabilidade dos comportamentos humanos é, só por si, impeditiva de que se verifiquem «regularidades sociais» que, anàlogamente às «regularidades físicas» ou às «regularidades biológicas», sejam susceptíveis de estudo científico; por outro, autoriza o argumento de que aceitar a possibilidade de explicar cientìficamente o social significaria admitir que os comportamentos humanos se acham submetidos a «determinismos», o que representaria negação do livre-arbítrio, da capacidade de decisão autodeterminada e imprevisível que os indivíduos possuem.

Quando, porém, não chega a este ponto de inteira negação de legitimidade a qualquer intento de explicar cientìficamente o social, a noção «individualista» da sociedade tende a produzir um determinado tipo de «explicações não sociais» que se caracterizam por serem *formas de «explicar o social pelo individual»*. Ou seja: o que se observa na sociedade é exclusivamente «explicado» como efeito, a nível colectivo, de factores que se apreendem ao nível do indivíduo e que se tomam como independentes dos «contextos sociais» em que os indivíduos participam. As «explicações» deste género são, no senso comum, extremamente frequentes: «os salários são baixos porque os patrões só se interessam pelo máximo lucro», «as escolas, os liceus e as universidades enchem-se porque as pessoas aspiram à cultura», «o país não progride porque há poucos indivíduos empreendedores», etc. Mas encontram-se tão fortemente arraigadas nas sociedades onde vivemos que, mesmo em estudos que se pretendem científicos, não raramente elas se nos podem deparar.

É, pois, no próprio interior das ciências sociais que a noção «individualista» da sociedade actua como impedimento à constituição de um conhecimento científico do social, isto é, de um conhecimento que procure construir «explicações do social pelo social».

4.3 Interessa ainda referir duas outras formas muito correntes de descrever/interpretar o social em termos não sociais. *Chamar-lhes-emos «idealistas»*, notando, porém, que se trata de um «idealismo espontâneo», vulgar, e não de qualquer dos sistemas filosóficos a que possa atribuir-se tal qualificação. Alguns desses sistemas não são mais, no entanto, que expressões altamente elaboradas e racionalizadas do «idealismo» que aqui temos em vista. Este último pode condensar-se na seguinte fórmula, que não é raro ler-se ou ouvir-se: «são as ideias que comandam o comportamento dos homens e governam as sociedades.» Tal noção funda-se no pressuposto — tomado como «evidente», com grande frequência, pelo senso comum — de que o que os indivíduos fazem é determinado pelo que

pensam, pressuposto que, todavia, é pelo menos parcialmente desmentido por outras «evidências» igualmente de senso comum (toda a gente «sabe», por exemplo, que «as pessoas mudam de ideias» à medida que as suas posições sociais se elevam). Transposto do nível individual para o social, aquele pressuposto exprime-se frequentemente na afirmação de que a forma como as sociedades se organizam e as transformações que ocorrem na sua organização resultam essencialmente das «ideias» dos «grandes criadores de ideias», homens cujo pensamento é suficientemente poderoso e convincente para induzir os outros homens a aceitá-lo e a agir em conformidade com ele. Deste modo, o social é, uma vez mais, explicado mediante recurso a factores que se reputam e tratam como não sociais, ou, melhor, num caso (o primeiro), como *extra*-sociais e, no outro, como *supra*-sociais. Efectivamente, esses factores, ou são as «razões», os «motivos», as «justificações» que, ao procurar-se interpretar os comportamentos sociais, os próprios indivíduos (em que esses comportamentos se observam) alegam para os explicar, e supõe-se então que tais «razões», «motivos», etc., detectados na «consciência» dos agentes sociais, são anteriores aos comportamentos observados e não dependem destes, sendo portanto extra-sociais; ou são as «ideias» e «sistemas de ideias» que, embora se encontrem difundidos na sociedade, se concebem como produzidos num plano distinto e autónomo do da vida social, plano superior imaginário (digamos, pois, supra-social) não raramente designado como sendo o do «Espírito» ou do «Pensamento».

Tal como as «explicações» de tipo «individualista», também estas duas modalidades de «explicação idealista» do social se podem, sem dificuldade, encontrar em estudos que se apresentam com aspecto científico no âmbito das ciênciais sociais (incluindo nestas as ciências históricas). Convirá acrescentar que, no primeiro caso, isso significa que a explicação «científica» se subordina à explicação «espontânea» (de senso comum ou ideológica) que os próprios agentes sociais enunciam tanto acerca da sua mesma acção como da sociedade onde actuam. No segundo caso, a explicação «idealista» — a que, nesta modalidade, talvez devêssemos, em rigor, chamar «meta-social» — aparece frequentemente associada a uma certa noção do papel desempenhado pelos «grandes vultos da História», de acordo com a qual as características e o destino das sociedades são bàsicamente moldados pelas influências nelas exercidas, em sucessivos momentos históricos, por um pequeno número de «personalidades excepcionais», capazes de impor aos seus contemporâneos as suas ideias ou a sua vontade.

5. A possibilidade de se constituírem disciplinas científicas que
796 seja legítimo considerar como ciências *sociais* implica se parta

do pressuposto de que a realidade social tem características específicas que a distinguem de outras formas da realidade. Mas a determinação dessas características, e, por conseguinte, a da *especificidade* própria do social — ou seja: daquilo que só em termos de «explicação do social pelo social» poderá ser adequadamente entendido —, não pode ser obtida senão *através do próprio trabalho de produção de conhecimentos científicos realizado no âmbito das ciências sociais.*

5.1 O aparente círculo vicioso contido na afirmação precedente desfaz-se desde que se tenha presente o exposto em 2.1. Efectivamente, nas ciências sociais, tal como nas outras ciências, o trabalho que se efectua não é de apreensão e manipulação directa do real, mas de construção de conceitos e relações entre conceitos («objectos de conhecimento») que servem como instrumentos imprescindíveis para se alcançar, indirectamente, uma certa forma de aproximação cognitiva do campo da realidade considerado. É através dessa forma de aproximação/apropriação cognitiva que *se define e configura uma «representação»* (a que alguns chamam, sem sentido pejorativo, «simulação») *do real cujo conhecimento se tem por finalidade última atingir* e, por conseguinte, uma «representação» *do que tem de específico o campo da realidade* sobre o qual o trabalho científico se exerce. Foi e é assim na física, na biologia ou na psicologia; assim é também nas ciências sociais.

5.2 Deste modo se fundamenta, precisamente, o requisito metodológico basilar, atrás enunciado, de qualquer ciência que se pretenda *social:* o de se subordinar, na construção dos seus conceitos e esquemas teóricos, à exigência de «explicar o social pelo social». De outro modo, nem se poderia obter qualquer «representação do social enquanto social», nem sequer seria possível pôr à prova o pressuposto de que a realidade social apresenta características específicas que a diferenciam de outras formas da realidade e legitimam a constituição de ciências sociais (isto é: de ciências *do especìficamente social*).

6. Quando, porém, se rejeitam as explicações do social em termos «naturalistas», «individualistas» ou «idealistas», não se trata, evidentemente, de afirmar que os factores de ordem física, biológica, psicológica, intelectual, para os quais essas explicações remetem *toda* a descrição/interpretação dos fenómenos sociais, sejam irrelevantes para a compreensão destes últimos.

6.1 É de elementar bom senso reconhecer que o social não existe separado do físico, do biológico, do psicológico, como se porventura estivesse suspenso num qualquer espaço irreal. Por exemplo: todas as sociedades se encontram submetidas à necessidade de assegurar a sua subsistência

biológica; e, assim, decerto que as diferentes formas que lhes sejam acessíveis de obtenção de alimentos não deixarão de influenciar as suas formas de organização social, como de resto os estudos de antropologia o demonstram.

6.2 O que está em causa não é, pois, negar a relevância dos factores não sociais, mas afirmar que, para as ciências sociais, o que importa é construir explicações do social que, embora levando em conta e integrando os efeitos de tais factores ao nível do social, não deixem por isso de ser «explicações sociais» — explicações que inclusivamente permitam interpretar as formas que os elementos físicos, biológicos e psicológicos adquirem e os modos como actuam quando absorvidos e transformados pelo social.

II

TEXTOS DE BIBLIOGRAFIA

Texto n.º 1

O indivíduo e a sociedade

1. *As resistências à explicação sociológica*

1.1 Tendo apresentado a sociologia a estudantes durante cerca de seis anos e recordando o tempo em que nós mesmos éramos alunos «caloiros» de um curso de Sociologia, não temos dúvida de que muitos estudantes experimentam dificuldades para compreender o modo de abordar o estudo do comportamento humano que, a nosso ver, é característico da sociologia, ou seja, a análise desse comportamento em termos de pertença a grupos e de organização de grupos. Não é só por um vago sentimento de desorientação, devido à aparente indefinição do objecto da sociologia, que tal dificuldade se exprime: normalmente traduz-se também através de dois argumentos específicos. Em primeiro lugar, o de que, como cada indivíduo é diferente de qualquer outro, é impossível explicá-lo em termos de grupo. Este argumento encerra um erro lógico, como tentaremos adiante demonstrar. Em segundo lugar, o de que esse tipo de explicação é contrário à doutrina do livre-arbítrio. Temos alguma simpatia por esta doutrina, se bem que não nos termos metafísicos em que habitualmente é formulada.

1.2 Antes de examinar tais argumentos, vale porém a pena indagar se acaso se verificam, na socialização [1] dos estudantes

[1] A «socialização» — no sentido em que no texto esta palavra é utilizada — designa o conjunto de processos através dos quais se transmitem, ao indivíduo, normas, valores e crenças sociais, noções do senso comum, conhecimentos, ideologias espontâneas, etc., o conjunto constitutivo de uma dada «cultura». *(Nota da tradução)*

de Sociologia, quaisquer características que os levem a adoptar estes pontos de vista, que frequentemente nos parecem mais pròpriamente ideologias, autojustificações parciais, que argumentos racionais. O problema pode ser formulado do seguinte modo: que pressões sociais são exercidas sobre os futuros estudantes de Sociologia, anteriormente ao seu ingresso nas instituições onde aprendem Sociologia? Ora, se compararmos sociedades como a nossa, organizadas na base de relações capitalistas de propriedade privada, com sociedades feudais ou com certas sociedades (econòmicamente) não desenvolvidas estudadas pelos antropólogos, a ênfase dada ao individualismo, ao sucesso e à responsabilidade individuais aparece nas primeiras muito acentuada. Os grandes sociólogos do passado notaram isso mesmo, de várias maneiras: por exemplo, Max WEBER afirmou que, sem a ética individualista, o capitalismo se não poderia ter desenvolvido. Actualmente, não é difícil observar que aqueles que detêm o *contrôle* de grande parte da imprensa — tanto os editores como os que se encontram em posição de os pressionar —, assim como da opinião política, definem o sucesso em termos de «êxito individual». O estudante de Sociologia poderá notar que a prevalência do individualismo é bem ilustrada pela forma como o próprio sistema educacional se acha organizado: por exemplo, a entreajuda nos estabelecimentos de ensino é normalmente definida como «fraude» e reprimida. Nas salas de aula, os alunos são constantemente examinados para se verificar o seu aproveitamento e para os comparar uns com os outros.

Decerto existem correntes contrárias a este individualismo. Surgem do facto de que, aos trabalhadores, numa sociedade onde predomina a propriedade privada, o individualismo não oferece, històricamente, qualquer protecção — e, na verdade, todas as melhorias de salários ou de outras condições económicas ou políticas por eles conseguidas sempre resultaram de acções colectivas, e não de acções de indivíduos isolados, que, por si sós, eram impotentes para as obter. Assim, não surpreende que os jovens criados em famílias de trabalhadores enfrentem consideráveis problemas de adaptação à forma como o ensino é praticado nas camadas «superiores» do sistema educativo tradicional, conforme o revelou um estudo de JACKSON e MARSDEN sobre crianças da classe operária numa escola primária.

A predominância do individualismo dá origem a que algumas das coisas de que os sociólogos falam se apresentem como um desafio à maneira de pensar que em muitos estudantes se desenvolveu durante o período da sua educação secundária. Por isso aos conceitos e análises sociológicas se deparam resistências muito mais vigorosas do que seria de esperar noutras circunstâncias. Nos grupos de professores, muitas vezes se exprime a ideia de que as pessoas são «naturalmente» competitivas ou «naturalmente» egoístas, muito embora seja fácil demonstrar, recorrendo a exemplos da antropologia, que o grau de egoísmo ou de competitividade das pessoas depende da forma como estão organizadas as suas sociedades de origem [...]

1.3 Consideremos agora os argumentos acima referidos. «Todo o indivíduo é diferente», ou «todo o indivíduo é singular, *por conseguinte,* não pode ser explicado sociològicamente». Examinemos este argumento, que muito comummente é invocado contra as explicações de tipo sociológico. Podemos encará-lo de duas maneiras. Se o levássemos às suas últimas consequências, significaria que jamais poderíamos fazer quaisquer previsões acerca dos comportamentos das pessoas. Ora, quando, por exemplo, entramos num restaurante, estamos certos — isto é, não temos dúvida em prever — de que haverá aí alguém para preparar as refeições e alguém para as servir (excepto no caso dos *self-services*). Se as pessoas, apesar de serem indivíduos diferentes, não se comportassem como outras pessoas prevêem que o façam (pelo menos em determinadas circunstâncias), a vida social tornar-se-ia totalmente impossível. O teor das asserções dos sociólogos não difere substancialmente do das que acabamos de expor, salvo quanto ao facto de serem mais amplos os grupos a que se referem e mais obscuras ou menos óbvias as ligações entre os grupos e os comportamentos considerados. Com efeito, esperamos que as pessoas se comportem de maneira tal, num restaurante, que os alimentos nos sejam efectivamente fornecidos, e nem sequer precisamos de pensar nisso; já não esperamos, porém, necessàriamente, que os divorciados do sexo masculino e protestantes tenham mais probabilidade de vir a suicidar-se do que outras pessoas — como DURKHEIM o mostrou —, tornando-se necessário um grande esforço de pesquisa e explicação para mostrar que existe uma ligação entre suicídio e pertença à categoria «homens divorciados protestantes». O ponto principal que importa focar é que o *por conseguinte* do argumento acima enunciado contém um erro lógico. De facto, não existe nenhuma incompatibilidade entre uma coisa ser singular e compartilhar de características com outras. Comparem-se dois objectos. O objecto *A* tem as características *p, q* e *r*. O objecto *B* tem as caraterísticas *p, q* e *s*. São parecidos, porquanto compartilham das características *p* e *q,* mas diferem entre si por não compartilharem das características *r* ou *s*. Os seres humanos têm um número quase ilimitado de características, e podemos analisá-los sociològicamente porque cada um compartilha de algumas características com alguns outros, assim como tem algumas diferentes e que, provàvelmente, compartilhará com outros indivíduos diferentes. O que é singular é a combinação *total,* não cada característica individual. Assim, em termos racionais, a individualidade humana, a singularidade, não constitui nenhuma barreira à explicação sociológica. Porém, dado que *um* indivíduo não responde a *uma* situação em função de *uma* só das suas características distintas, mas como uma pessoa com *todas* as suas características, é evidente que a previsão real do comportamento de *um* indivíduo *numa* situação é uma tarefa muito mais difícil que a de fazer *previsões gerais* sobre a probabilidade de certo tipo de comportamento ocorrer em certos grupos em determinadas condições.

1.4 O outro argumento acima referido diz: «O tipo determi-
800 nista de explicações a que os sociólogos (e psicólogos) recorrem é

uma negação do livre-arbítrio e, assim, degrada o homem.» Este argumento é mais difícil, porque tem a ver com uma velha controvérsia da filosofia — livre-arbítrio contra determinismo — e também porque tem significados morais adicionais. Tal argumento não deve, no entanto, perturbar a sociologia. O facto de normalmente haver cozinheiros nos restaurantes não implica qualquer impossibilidade teórica de um determinado cozinheiro decidir faltar ao serviço em certo dia e de esse acto poder resultar do seu livre-arbítrio. No entanto, qualquer investigador social tentará sempre encontrar as causas de qualquer comportamento numa experiência *social* da pessoa (na medida, evidentemente, em que o comportamento em causa não seja inato). Por outro lado, há que notar que só quando estamos conscientes das forças que nos pressionam no sentido de nos comportarmos de determinadas maneiras é que uma decisão acerca de se devemos ou não continuar a comportar-nos desse modo se torna significativa. Caso contrário, as escolhas que aparentemente façamos não são realmente escolhas [...]

2. *A omnipresença do social*

Tentámos mostrar, até agora, que as objecções à possibilidade de explicações sociológicas não têm fundamento lógico sólido e que, no entanto, se podem apontar razões sociológicas, derivadas da socialização prévia dos estudantes, que permitem compreender porque é que muitos estudantes se atêm com muito vigor a essas objecções [...] Torna-se, porém, imprescindível ir mais longe e reconhecer a omnipresença *(pervasiveness)* do social e a importância das explicações sociológicas para a compreensão dos comportamentos humanos e dos problemas sociais. Em nossa opinião, isso implica que se adquira uma certa maneira de encarar os problemas sociais e de tentar explicar os comportamentos, diríamos mesmo: um tipo determinado de «sensibilidade ao social». C. Wright MILLS, com cuja forma geral de abordar a sociologia estamos em grande parte de acordo, designou-a de «imaginação sociológica»; Peter BERGER, em *Invitation to Sociology,* exprimiu em termos mais elementares a mesma ideia.

MILLS afirma que, no complexo mundo moderno de grandes estados e em constante mudança onde vivemos, é sobretudo essa «imaginação» que nos ajuda a formular o tipo adequado de interrogações, a partir das quais se pode começar a explicar os problemas sociais que se nos deparam. Se um homem está desempregado — nota MILLS —, isso representa para ele um problema pessoal, uma preocupação; e, enquanto houver empregos disponíveis na sociedade, iremos procurar no seu carácter ou na sua formação profissional *(training)* uma explicação para o facto de ele se encontrar desempregado. Quando, porém, uma importante proporção da força de trabalho de um país se acha desocupada, deixa de ser possível explicar essa situação em termos de características de ordem individual: a explicação tem forçosamente de ser procurada noutro nível de análise, atendendo aos grupos sociais a que os desempregados pertencem, à sua organização e à forma como a

sociedade, no seu conjunto, se encontra estruturada. Uma explicação sociológica torna-se, então, simultâneamente possível e indispensável. Outro exemplo citado por MILLS é o do casamento. Se um determinado casamento fracassa, trata-se de um problema pessoal para as pessoas nele envolvidas. Se, porém, se verifica — como actualmente sucede nos Estados Unidos — que um quarto dos casamentos conduzem ao divórcio (50 % na área de Los Angeles), então, embora o problema continue a apresentar-se como pessoal a cada um dos casais em questão, temos fundados motivos para procurar uma explicação que leve em conta causas exteriores aos casais individualmente considerados e que respeitem aos grupos a que os membros dos casais pertencem, à estrutura desses grupos e, uma vez mais, à forma como a sociedade está organizada.

Podemos ainda referir um outro exemplo, dado por CARMICHAEL: «Quando um pequeno grupo de terroristas brancos não identificados ataca à bomba uma igreja de negros e mata cinco crianças negras, pode tratar-se de um acto isolado e individual de racismo, largamente deplorado pela grande maioria da população. Mas, quando, na mesma cidade (Birmingham, Alabama), quinhentos bebés negros morrem anualmente por falta de alimento, de abrigo e de serviços médicos adequados, e milhares de outras crianças negras são física, afectiva e intelectualmente destruídas ou gravemente afectadas por efeito de condições de pobreza e discriminação suportadas pela comunidade negra, então está-se em presença de fenómenos que só poderão ser explicados em função de um racismo institucionalizado (isto é, de um racismo que se encontra inscrito nas próprias estruturas sociais).» [...]

3. *Exemplos da omnipresença das influências sociais*

a) As diferenças de comportamento entre os homens e as mulheres

A quem pertence fazer convites para dançar? Num casal, sobre quem recai, normalmente, maior responsabilidade pelo cuidar dos filhos? Quem se ocupa da cozinha e do trabalho doméstico? Quem mais provàvelmente deixa de trabalhar quando se casa e sobretudo quando tem filhos? Quem toma, por via de regra, a iniciativa nas propostas sexuais? Quem gasta mais tempo a cuidar do seu aspecto? Quem são as pessoas que as outras avaliam pelo menos tanto, se não mais, pelos seus «atractivos pessoais» quanto pelo trabalho que fazem ou por outras qualidades?

Quase ninguém terá dificuldade em responder a estas perguntas, e a maioria, ao dar a resposta que considera certa, estará ao mesmo tempo a descrever o seu próprio comportamento. Ora, por que motivo são diferentes as formas de comportamento que a generalidade das pessoas espera dos homens e das mulheres na sociedade actual? O facto de existirem reais diferenças fisiológicas e biológicas entre os homens e as mulheres leva a que frequente-
 mente se suponha que a fisiologia e a biologia são directamente

responsáveis por essas diferentes formas de comportamento. Argumenta-se, geralmente, que os comportamentos usualmente adoptados pelos homens e pelas mulheres não são de origem social, mas natural, e assim se torna fácil dizer de algum modo antinaturais as pessoas que não se comportam de acordo com as maneiras que delas se esperam, em função do sexo a que pertencem.

Porém, Margaret MEAD, num livro famoso — *Sex and Temperament in Three Primitive Societies* —, mostrou, utilizando exemplos colhidos nos seus estudos na Nova Guiné, que muitas das diferenças entre os sexos, correntemente atribuídas a factores biológicos, têm de facto origem social. Uma das vantagens da Nova Guiné, como campo de investigação, consiste em que, embora aí existam sociedades muito diferentes, històricamente tem havido pouca mistura entre elas durante largos períodos, de tal modo que é possível encontrar, numa área geográfica relativamente pequena, formas muito diversas de vida social.

Assim, por exemplo, na tribo Arapesh, e tal como Margaret MEAD o observou, a distinção entre as formas de comportamento dos dois sexos é muito pequena. Auto-afirmação e agressividade, geralmente atribuídas aos homens nas sociedades onde vivemos, não caracterizam o comportamento de nenhum dos sexos nos Arapesh, entre os quais não se regista, aliás, qualquer indício de «ambição». O próprio facto biológico de serem as mulheres quem dá à luz as crianças é socialmente minimizado: os homens deitam-se junto das mulheres imediatamente a seguir ao parto e, mediante um processo de auto-sugestão, que parece ter efeitos tanto no homem como na mulher, o homem «toma sobre si» grande parte da fadiga da mulher, diminuindo assim o seu sofrimento. E, no entanto, nesta sociedade, os trabalhos pesados cabem às mulheres, que se supõe estarem «naturalmente» dotadas com cabeças especialmente fortes para esse fim. Segundo Margaret MEAD, a falta de agressividade dos Arapesh explica-se pela prática do desmame tardio e pelo facto de qualquer criança poder ser amamentada indiferentemente por qualquer mãe capaz de aleitar, quer seja a sua, quer não. No seu livro, Margaret MEAD compara os Arapesh com os Mundugamor, uma tribo de caçadores de cabeças, recentemente «pacificada», que habita uma zona não muito distante da ocupada pelos Arapesh. Ora entre os Mundugamor a agressividade é uma característica fortemente acentuada, quer dos homens, quer das mulheres, e manifesta-se com igual intensidade nos dois sexos. Daí que, por exemplo, o acto sexual assuma aspectos de um verdadeiro combate entre o homem e a mulher, do qual ambos saem molestados. Procurando explicar este tipo de comportamentos, Margaret MEAD — recorrendo, tal como no caso dos Arapesh, a elementos extraídos das teorias psicanalíticas — relaciona-os com a forma como as crianças *mundugamor* são tratadas, referindo nomeadamente que são objecto de uma extrema desatenção, que os adultos lhes mostram muito pouco afecto e que não poucos primogénitos são afogados. Simplesmente, tentando ir mais ao fundo da questão, julgamos necessário propor uma outra perspectiva para a abordar: a de que tanto as diferentes características (quanto a agressividade) dos Arapesh e dos Mundugamor como

as suas diferentes maneiras de criar e educar os filhos estão relacionadas com as diferentes formas como as duas sociedades tiveram de obter os alimentos indispensáveis, o que para elas sempre constituiu uma preocupação constante, dado manterem-se ao nível da mera subsistência. Os Arapesh extraíam da terra, cultivando-a, a sua alimentação; històricamente, os Mundugamor obtinham-na, em grande parte, matando gente de outras sociedades vizinhas. A agressividade não aparece naqueles, mas é muito relevante nestes.

Numa outra tribo estudada por Margaret MEAD, a dos Tchambuli, alguns dos atributos frequentemente imputados aos homens e às mulheres nas nossas sociedades pareciam estar a inverter-se. Os homens enfeitavam-se, faziam intrigas, deixavam-se escolher pelas mulheres, cabendo a estas fazer as propostas sexuais, bem como assegurar todo o comércio de que a sociedade dependia, apesar de os homens produzirem muitos dos objectos comerciados. As mulheres mostravam-se dominadoras e agressivas, sendo entretanto comum a homossexualidade feminina. Tentando, uma vez mais, explicar estes comportamentos, Margaret MEAD aponta o facto de as crianças do sexo feminino serem sempre tratadas sem aspereza e aduladoramente no interior do círculo das mulheres e de, pelo contrário, os rapazes serem rejeitados desde tenra idade, ficando como que entregues a um desprezo geral durante bastante tempo e tornando-se assim indivíduos permanentemente inseguros e em constante busca de afecto. Porém, se de novo procurarmos aprofundar a questão, uma outra perspectiva se nos impõe para a abordar: os Tchambuli eram caçadores de cabeças; mas, por alguma razão ainda não identificada, que talvez haja sido o alto valor atribuído por outras tribos aos mosquiteiros que os Tchambuli aprenderam a fabricar, a caça de cabeças perdeu muito da sua antiga importância. Ora, dado que os homens se tinham especializado como caçadores de cabeças, a alteração ocorrida na divisão do trabalho na sociedade deixou-os sem uma posição claramente definida [...]

Eis aí, portanto, três sociedades onde as expectativas respeitantes aos comportamentos dos homens e das mulheres diferem substancialmente entre si e das que geralmente encontramos, por exemplo, na Inglaterra de hoje. Como poderemos dizer qual o comportamento mais natural? Por um lado, não há dúvida de que os próprios membros de cada sociedade classificariam o seu comportamento como natural. Por outro lado, porém, comparando umas sociedades com as outras, é-se levado a concluir que o problema não é biológico, mas social, e que as causas dos comportamentos e atitudes dos homens e das mulheres não devem ser procuradas na sua constituição fisiológica, mas na forma como as sociedades se encontram ordenadas. [...]

A fim de ilustrar a omnipresença do social e a impotência das explicações sociológicas, tentámos mostrar que algo habitualmente considerado como sendo de origem biológica (as diferenças de comportamento entre os homens e as mulheres) é na verdade social. Podemos igualmente observar que as investigações sociológicas também são relevantes para o estudo das relações entre

a mulher, o lar e as crianças — assunto correntemente classificado, por uma certa imprensa, entre os «problemas da mulher», tanto mais que um número crescente de mulheres da classe média reclamam o direito ao trabalho e que aumenta a pressão económica para que essas mulheres trabalhem. Muitas vezes se afirma ser antinatural e errado que uma mulher trabalhe quando os seus filhos ainda são pequenos, e de facto muitas são as mulheres que se encontram em situação de conflito interior, sentindo-se pressionadas por forças opostas que se cruzam. Històricamente, as mulheres da classe operária nunca tiveram possibilidade de efectuar escolhas neste domínio: de um modo geral, sempre que se lhes apresentaram oportunidades de emprego, tiveram de aproveitá-las, impelidas pela necessidade económica. À medida, porém, que os membros das classes trabalhadoras vão conseguindo melhores padrões de vida, através das lutas que travam para os alcançar, o mesmo tipo de escolha e de dilema que as mulheres da classe média enfrentam começa a tornar-se relevante para mulheres daquelas classes.

De qualquer modo, olhando à nossa volta, podemos verificar que as expectativas respeitantes às relações das mulheres com a família e com o trabalho não são as mesmas em toda a parte, variando não só de umas sociedades para as outras, mas também no interior de uma mesma sociedade. De facto, os chamados «problemas das mulheres» derivam mais da estrutura da sociedade do que das próprias mulheres. Um interessante estudo — *Aspects of Family Mental Health in Europe,* 1956 — das Nações Unidas evidencia bem este ponto. Comparam-se nele relatórios de psiquiatras acerca das causas das neuroses nas mulheres casadas e com filhos em diferentes países. Um psiquiatra da Checoslováquia informa que os problemas de neurose surgem sobretudo em mulheres que não trabalham e passam o tempo em casa com os filhos. Ou seja, os casos de neurose são menos frequentes em mulheres que acumulam o trabalho com o cuidar dos filhos. Por sua vez, um psiquiatra de Espanha, referindo os problemas das mulheres da classe média e da classe mais abastada do seu país, enuncia uma conclusão oposta à do seu colega checoslovaco: que as mulheres mais sujeitas a tensão psíquica são as que acumulam o trabalho com as ocupações de criar e educar os filhos. Como conciliar informações tão contraditórias? O problema resolve-se desde que saibamos que na Checoslováquia é considerado normal que as mulheres com filhos trabalhem, ao passo que em Espanha, pelo contrário, isso não é considerado normal em relação às mulheres da classe média ou mais abastadas. Torna-se claro, desta maneira, que as causas dos chamados «problemas das mulheres» são de natureza social. E um aspecto central da questão consiste em que o seu comportamento está em conflito com as expectativas da maioria das pessoas com as quais elas se encontram em relação na sociedade e que daí resultam estados de tensão psíquica que se exprimem sob a forma de neurose. [...]

b) O suicídio e as relações sociais

Com a finalidade de mostrar a omnipresença do social, tomámos o exemplo de um tipo de relação (homens-mulheres) cujas características são geralmente consideradas como tendo origem biológica ou natural e mostrámos que só pode ser explicado quando sabemos alguma coisa sobre o contexto social onde ocorre. Tomemos outro exemplo, a fim de reforçar o nosso argumento. Para a maioria das pessoas, o acto de *suicídio* parecerá o mais individual dos actos, uma decisão que um indivíduo tomará no máximo do desespero pessoal ou da depressão. Foi, no entanto, o suicídio que constituiu o objecto de uma das investigações sociológicas mais famosas dos começos do século XX; *Le Suicide,* de Émile DURKHEIM. Uma das razões que levaram DURKHEIM a empreender este trabalho foi o intento de mostrar que o estudo dos comportamentos não é totalmente redutível ao estudo dos indivíduos. No prefácio do seu livro escreveu: «Não se compreende que possa haver sociologia se não houver sociedades, mas estas não poderão existir se apenas existirem indivíduos.»

[...] O que DURKHEIM inicialmente fez foi recolher as estatísticas sobre o número de suicídios em vários países da Europa, durante o século XIX, e analisá-las. Verificou então um facto muito curioso. Se o suicídio fosse um acto puramente individual de desespero, em que não entrasse nenhuma componente social, dever-se-iam normalmente esperar variações apreciáveis de ano para ano nas taxas de suicídio em qualquer sociedade. No entanto, apesar de os casos de suicídio serem em reduzido número, comparados com as populações totais, as *taxas* de suicídio mantinham-se extraordinàriamente regulares de ano para ano, e mesmo mais regulares que as taxas de natalidade e de mortalidade em determinados países. DURKHEIM tomou em consideração todas as explicações do suicídio que tinham sido apresentadas até então, baseadas em factores como o clima, a raça, a doença mental, a hereditariedade e o contágio (a ideia de que um suicídio provoca outros). Num dos capítulos do seu livro, que é um verdadeiro *tour de force* de sociologia, demonstrou que todas estas explicações eram insustentáveis, seja por deficiências lógicas, seja porque as proposições apresentadas se revelavam inverosímeis quando confrontadas com as estatísticas disponíveis. Tornou-se, no entanto, evidente que a frequência dos suicídios era maior em certos períodos do dia e em certas épocas do ano, nomeadamente a meio da manhã e à tarde e no Verão mais que no Inverno. [...]

DURKHEIM descobriu, posteriormente, que a probabilidade do suicídio variava com a religião dos indivíduos. Os protestantes tinham mais probabilidades de cometer o suicídio que os católicos e os judeus eram os menos frequentemente levados a suicidar-se. O suicídio também aparecia estatìsticamente relacionado com o tipo de vida familiar: as pessoas casadas e com filhos tinham menos probabilidades de se suicidarem que as solteiras e as viúvas. Para as mulheres que eram ou tinham sido casadas, as que não tinham filhos suicidavam-se com maior frequência. DURKHEIM observou ainda que as taxas de suicídio eram reduzidas quando

ocorriam acontecimentos políticos cruciais, como eleições importantes, guerras populares, etc. Finalmente, conseguiu encontrar um elo comum a todas estas relações: o grau de integração do indivíduo na sociedade. [...]

A este respeito, DURKHEIM enunciou três proposições. A probabilidade do suicídio varia com o grau de integração religiosa, familiar e política. Quanto mais o indivíduo estiver integrado numa dessas esferas ou em todas elas, menor será a probabilidade de se suicidar. A partir daqui, DURKHEIM propôs a definição de um primeiro tipo de suicídio que designou de «egoísta» e que seria causado por carência de integração social. [...]

Por outro lado, DURKHEIM chegou a duas outras conclusões de carácter geral: primeiro, o suicídio ocorria muito mais frequentemente nas cidades que nos campos; segundo, as taxas de suicídio tendiam a aumentar com o ocorrer do século XIX. DURKHEIM argumentou que a vida nas cidades era mais impessoal e anómica que a vida nos campos e que o processo de industrialização no século XIX tinha por efeito aumentar a importância numérica relativa das populações urbanas. Parecia que, até certo ponto, a própria estrutura de integração social estava a ruir, de tal modo que os indivíduos enfrentavam cada vez mais dificuldade para se integrarem socialmente. DURKHEIM, que estava aliás muito preocupado com essa tendência (que julgava constituir um indicador de «mal social», de patologia social), propôs a definição dum segundo tipo de suicídio — o suicídio «anómico» — derivado de situações em que o indivíduo não encontrava qualquer estrutura estável onde se pudesse integrar.

DURKHEIM verificou ainda que as pessoas também se suicidavam em situações em que se registava um grau muito elevado de integração do indivíduo no grupo social, como no caso das sociedades primitivas ou tradicionais. [...] Concluiu, por isso, que, em algumas situações sociais, o indivíduo podia estar tão profundamente integrado no seu grupo que acabava por atribuir menos valor à sua vida que à aceitação das exigênciais sociais a que se achava submetido. Deste modo, quer por um «sentimento de honra», quer por «vergonha de transgredir» aquelas exigências, sacrificaria a sua vida para as manter ou mesmo reforçar. Isto levou DURKHEIM a distinguir um terceiro tipo de suicídio, a que chamou «altruísta». [...]

DURKHEIM conseguiu assim demonstrar que o acto individual de suicídio, muito embora isolado e raro, não pode ser adequadamente explicado sem se levarem em conta as relações sociais de que as pessoas, de uma maneira ou de outra, dependem. Convém notar que este tipo de metodologia não permite prever se determinado indivíduo se suicidará ou não, mas apenas identificar os grupos sociais onde os suicídios serão mais frequentes e as razões por que o serão. [...]

Margaret A. COULSON e David S. RIDDELL, *Approaching Sociology. A Critical Introduction*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1970 (extractos do cap. 2, com adaptações).

Texto n.º 2

A sociologia como forma de consciência

1. *O sociólogo pratica um tipo especial de abstracção*

[...] A peculiaridade da perspectiva sociológica torna-se clara depois de algumas reflexões sobre o significado do termo «sociedade», que designa o objecto *par excellence* da disciplina. Como quase todos os termos usados pelos sociólogos, também este foi colhido da linguagem comum, na qual o seu significado é impreciso. Às vezes designa um determinado grupo de pessoas (como em «Sociedade Protectora dos Animais»), às vezes sòmente as pessoas socialmene dotadas de grande prestígio e privilégio (como em «as senhoras da sociedade de Bóston»), etc. Há também outros sentidos, menos frequentes. O sociólogo usa o termo num sentido mais preciso, embora, naturalmente, haja diferenças quanto à sua utilização dentro da própria disciplina. Para o sociólogo, «sociedade» designa um grande complexo de relações humanas ou, para usar uma linguagem mais técnica, um sistema de interacção. É difícil especificar quantitativamente, neste contexto, a palavra «grande». O sociólogo pode referir-se a uma «sociedade» que compreenda milhões de seres humanos (digamos, «a sociedade norte-americana»), mas também pode utilizar o mesmo termo para se referir a uma colectividade muito menor («a sociedade de caloiros desta universidade»). Duas pessoas conversando numa esquina difìcilmente constituirão uma sociedade, mas três pessoas abandonadas numa ilha, sim. Portanto, a aplicabilidade do conceito não pode ser decidida apenas por critérios quantitativos. Tem-se uma sociedade quando um complexo de relações é suficientemente complexo para ser analisado em si mesmo, entendido como uma entidade autónoma, comparada com outras da mesma espécie.

Da mesma forma, é preciso definir melhor o adjectivo «social». Na linguagem comum pode referir-se a várias coisas diferentes — a qualidade informal de um determinado encontro de pessoas («isto é uma reunião social, não vamos falar de negócios»), uma atitude altruísta por parte de alguém («ele demonstrava uma forte preocupação social no seu trabalho») ou, mais genèricamente, qualquer coisa derivada do contacto com outras pessoas (por exemplo, «uma doença social»). O sociólogo emprega o termo de uma maneira mais limitada e com maior precisão, para se referir à qualidade de interacção, inter-relação, reciprocidade. Assim, embora dois homens conversando numa esquina não componham uma «sociedade», o que ocorrer entre eles será decerto «social». A «sociedade» consiste num complexo de tais factos «sociais». E, para darmos uma definição exacta do social, é difícil melhorar a de Max WEBER, segundo a qual uma situação «social» é aquela em que as pessoas orientam as suas acções umas para as outras. A trama de significados, expectativas e conduta que resulta dessa orientação mútua constitui o material da análise sociológica.

Entretanto, este refinamento de terminologia não basta para demonstrar a peculiaridade do ângulo de visão sociológico. O economista, por exemplo, ocupa-se de análises de processos que ocorrem na sociedade e que podem ser chamados sociais. Esses processos relacionam-se com o problema básico da actividade económica — a utilização, ou distribuição, de bens e serviços escassos numa sociedade. O economista atentará nesses processos em termos da maneira como eles cumprem (ou deixam de cumprir) essa função. Ao examinar esses mesmos processos, é lógico que o sociólogo tenha de levar em conta os propósitos económicos a que eles se subordinam. No entanto, o seu interesse primordial não estará necessàriamente relacionado com esses propósitos em si. Ele estará interessado numa grande variedade de relações e interacções humanas que ocorrem aqui e que talvez não tenham qualquer relevância para as metas económicas em questão. Assim, a actividade económica envolve relações de poder, prestígio, preconceito e até diversão, que podem ser analisadas com uma referência apenas marginal à função pròpriamente económica dessa actividade.

O sociólogo encontra material de estudo em todas as actividades humanas, mas nem todos os aspectos dessas actividades constituem material sociológico. A interacção social não é um sector compartimentado do que os homens fazem conjuntamente. Constitui antes um determinado aspecto de todos esses actos. Por outras palavras, *o sociólogo pratica um tipo especial de abstracção.* O social, como objecto de investigação, não constitui um campo distinto da actividade humana. Ao invés disso, para empregarmos uma expressão tirada da liturgia luterana, o social está presente «em, com e sobre» muitos campos diferentes dessa actividade. O sociólogo não examina fenómenos de que ninguém mais toma conhecimento. Simplesmente, ele olha esses mesmos fenómenos de um modo diferente.

Como exemplo adicional, poderíamos tomar a perspectiva do advogado, de âmbito muito mais amplo que a do economista. Quase toda a actividade humana pode, num momento ou noutro, cair na esfera do advogado. É nisto, na verdade, que está o fascínio do direito. Encontramos aqui outro tipo bastante especial de abstracção. Dentre a imensa riqueza e variedade do comportamento humano, o advogado selecciona os aspectos que são pertinentes de acordo com o seu particularíssimo quadro de referência. Como qualquer pessoa que já se tenha envolvido numa questão judicial sabe muito bem, os critérios para a determinação do que é legalmente relevante ou irrelevante deixam muitas vezes assombradas as partes do processo em questão. É desnecessário determo-nos muito neste ponto. Bastará observar que o quadro de referência jurídico consiste em vários modelos de actividade humana, cuidadosamente definidos. Temos, assim, modelos nítidos de obrigação, responsabilidade ou delito. É preciso que se verifiquem determinadas condições muito precisamente definidas para que qualquer acto concreto possa ser classificado sob um desses títulos, e essas condições encontram-se estipuladas em códigos ou em precedentes. Quando tais condições não são satisfeitas, o acto em

questão é irrelevante do ponto de vista jurídico. A habilidade do advogado consiste em conhecer as normas mediante as quais esses modelos são construídos. Ele sabe, dentro do seu quadro de referência, quando houve não cumprimento de um contracto comercial, quando o motorista de um veículo pode ser acusado de negligência ou quando se verificou uma sedução.

Diante desses mesmos fenómenos, o quadro de referência do sociólogo será bastante diferente. Para começar, a sua perspectiva não pode ser produto de códigos ou precedentes legais. O seu interesse nas relações humanas existentes numa transacção comercial não tem qualquer relação com a validade legal de contratos assinados, da mesma forma que uma aberração sexual sociològicamente interessante pode não ser passível de classificação numa dada categoria legal. Do ponto de vista do advogado, a investigação do sociólogo é estranha ao seu quadro de referência. Poder-se-ia dizer que, com referência ao edifício conceitual do direito, a actividade do sociólogo é de carácter subterrâneo. O advogado só se ocupa daquilo que se poderia chamar concepção *oficial* da situação. Com muita frequência, o sociólogo lida com concepções em nada oficiais. Para o advogado, o essencial consiste em saber como a lei considera certo tipo de criminoso; para o sociólogo, é igualmente importante saber como o criminoso considera a lei.

2. *As interrogações sociológicas envolvem um processo de «ver para além das fachadas» das estruturas sociais*

O facto de formular interrogações sociológicas pressupõe, portanto, que o sociólogo esteja interessado em olhar para além das metas das acções humanas comummente aceites ou oficialmente definidas. Pressupõe uma certa consciência de que os factos humanos possuem diferentes níveis de significado, alguns dos quais ocultos à consciência da vida quotidiana. Pode até pressupor uma certa dose de suspeita quanto à maneira como os factos humanos são oficialmente interpretados pelas autoridades, sejam factos de carácter político, jurídico ou religioso. Se estivermos dispostos a chegar a tanto, torna-se evidente que nem todas as circunstâncias históricas serão igualmente favoráveis para o desenvolvimento da perspectiva sociológica.

É de admitir desde logo, por conseguinte, que o pensamento sociológico encontre melhores condições de desenvolvimento em circunstâncias históricas marcadas por severos choques na autoconcepção (cultura) de uma sociedade, sobretudo na autoconcepção oficial e comummente aceite. É sobretudo em tais circunstâncias que homens argutos são susceptíveis de serem motivados para pensar para além das asserções dessa autoconcepção e, em decorrência disto, contestar as autoridades. Com muita propriedade, Albert SALOMON argumentou que o conceito de «sociedade», em seu moderno sentido sociológico, só pôde surgir com a derrocada das estruturas normativas do cristianismo e, mais tarde, do *ancien régime*. Podemos, então, conceber a «sociedade» também como a estrutura oculta de um edifício, cuja fachada exterior

esconde aquela estrutura. Na cristandade medieval, a «sociedade» era tornada invisível pela imponente fachada religioso-política que constituía o mundo comum do homem europeu. Como observou SALOMON, depois que a Reforma destruiu a unidade do cristianismo, a fachada política mais secular do estado absolutista desempenhou a mesma função. Foi com a desintegração do estado absolutista que se pôde enxergar o arcabouço subjacente da «sociedade» — isto é, um mundo de motivações e forças que não podia ser compreendido em termos das interpretações oficiais da realidade social. A perspectiva sociológica pode assim ser compreendida em termos de uma frase coloquial como «olhar por trás dos bastidores».

Não estaremos muito distantes da verdade se virmos o pensamento sociológico como parte daquilo a que NIETZSCHE chamou «a arte da desconfiança». Entretanto, seria um exagero simplista supor que essa arte só tenha existido nos tempos modernos. É provável que «olhar para além de» seja uma função bastante geral da inteligência, mesmo nas mais primitivas sociedades. O antropólogo americano Paul RADIN já nos proporcionou uma vívida descrição do céptico, como tipo humano numa cultura primitiva. Dispomos ainda de dados de outras civilizações, além das do Ocidente moderno, que revelam formas de consciência que bem poderiam ser chamadas proto-sociológicas. Poderíamos mencionar, por exemplo, HERÓDOTO ou IBN-KHALDUM. Existem, inclusive, textos do antigo Egipto que mostram um profundo desencanto com uma ordem política e social que, no entanto, adquiriu a reputação de ter sido uma das mais coesas da história humana. Contudo, com a alvorada da era moderna no Ocidente, essa forma de consciência intensificou-se, tornou-se concentrada e sistematizada, caracteriza o pensamento de um número cada vez maior de homens argutos. Não cabe aqui analisar em detalhe a pré-história do pensamento sociológico, assunto no qual muito devemos a SALOMON. Nem mesmo daríamos aqui uma tabela intelectual dos ancestrais da sociologia, demonstrando suas ligações com MAQUIAVEL, ERASMO, BACON, com a filosofia do século XVII e com as *belles-lettres* do século XVIII — isto já foi feito por outros bem mais qualificados que nós. Bastará acentuar, mais uma vez, que o pensamento sociológico marca o amadurecimento de várias correntes intelectuais que podem ser localizadas com toda a precisão na moderna história ocidental.

Voltemos à afirmação de que a perspectiva sociológica envolve um processo de ver para além das fachadas das estruturas sociais. Poderíamos traçar um paralelo com uma experiência comum das pessoas que moram nas grandes cidades. Uma das coisas que uma metrópole tem de mais fascinante é a imensa variedade de actividades humanas que existem por trás das fileiras de edifícios de uma extraordinária anonimidade e interminável semelhança. Uma pessoa que viva numa tal cidade sentir-se-á muitas vezes surpresa ou até chocada ao descobrir as estranhas actividades de que alguns homens se ocupam sem alarde e em casas que, vistas de fora, se assemelham a todas as outras de determinada rua. Depois de passar por essa experiência uma ou duas vezes, frequentemente uma pessoa se verá caminhando por uma rua, talvez tarde na noite,

e imaginando o que estará acontecendo sob as luzes brilhantes por trás das cortinas cerradas. Uma família vulgar conversando agradàvelmente com convidados? Uma cena de desespero em meio a doença ou morte? Ou uma cena de prazeres aberrantes? Talvez um culto estranho ou uma perigosa conspiração? As fachadas das casas nada nos podem dizer, nada revelando senão uma conformidade arquitectónica aos gostos de algum grupo ou classe que talvez nem já habite sequer naquela rua. Por trás das fachadas escondem-se os mistérios sociais. O desejo de desvendar esses mistérios é análogo à curiosidade sociológica. Em certas cidades sùbitamente atingidas por uma calamidade, esse desejo pode ser bruscamente realizado. Quem já passou pela experiência de bombardeios em tempo de guerra conhece os repentinos encontros com insuspeitados (e às vezes inimagináveis) vizinhos no abrigo antiaéreo do edifício. Ou lembra-se de ter visto com espanto, de manhã, uma casa atingida por uma bomba durante a noite, cortada ao meio, com a fachada destruída e o interior impiedosamente revelado à luz do dia. Entretanto, na maioria das cidades onde normalmente se vive, só se podem conhecer esses interiores mediante um exercício de imaginação. Da mesma forma, há situações históricas em que as fachadas da sociedade são violentamente derrubadas e só os mais displicentes não vêem que nunca deixou de haver uma realidade por trás das fachadas. Mas, geralmente, isto não acontece e as fachadas continuam a desafiar-nos com uma permanência aparentemente inabalável. Neste caso, para se perceber a realidade que as fachadas ocultam, é preciso um considerável esforço intelectual.

Talvez convenha, em atenção à clareza, mencionar alguns exemplos da maneira como a sociologia olha para além das fachadas das estruturas sociais. Tomemos a organização política de uma comunidade. Se alguém desejar saber como uma moderna cidade americana é governada, nada mais fácil que obter as informações oficiais a esse respeito. A cidade terá um estatuto, em conformidade com as leis do estado. Com alguma ajuda de pessoas bem informadas, é possível examinar os vários documentos segundo os quais a cidade é administrada. Pode-se então descobrir que essa comunidade é administrada por um gerente municipal (e não por um perfeito), ou que filiações partidárias não figuram nas chapas das eleições municipais, ou que o governo municipal integra um distrito regional de águas. Da mesma forma, lendo-se um jornal, pode-se ficar a par dos problemas políticos, oficialmente reconhecidos, da comunidade. Pode-se ficar sabendo que a cidade planeja anexar uma determinada área suburbana, ou que ocorreu uma alteração de posturas para facilitar o desenvolvimento industrial de uma ou outra área, ou até mesmo que um dos vereadores foi acusado de tráfico de influência. Tudo isto ainda ocorre ao nível, por assim dizer, visível, oficial ou público, da vida política. Entretanto, só uma pessoa irremediàvelmente ingénua acreditaria que esse tipo de informação lhe proporcionaria um quadro completo da realidade política da comunidade. O sociólogo desejará conhecer sobretudo a «estrutura informal do poder» (como foi chamada por Floyd HUNTER, sociólogo americano interessado
 por esses estudos), que constitui uma configuração de homens e

poder que não se encontra descrita nos estatutos e que raramente aparece nos jornais. Talvez o cientista político ou o especialista jurídico achassem muito interessante comparar as leis municipais com as de outras comunidades. O sociólogo estará muito mais interessado em descobrir a maneira como poderosos interesses influenciam ou mesmo controlam as acções de autoridades eleitas segundo as leis. Esses interesses não serão encontrados na prefeitura, mas sim nos escritórios de dirigentes de empresas que talvez nem mesmo se localizem nessa comunidade, nas mansões privadas de um punhado de homens poderosos, talvez nos escritórios de certos sindicatos trabalhistas ou até mesmo, em certos casos, nas sedes de organizações criminosas. Quando o sociólogo se interessa pelo poder, tentará ver o que se acha por trás dos mecanismos oficiais que supostamente regem o poder na comunidade. Isto não significa necessàriamente que ele encare os mecanismos oficiais como totalmente ineficientes ou a sua definição legal como totalmente ilusória. Entretanto, na pior das hipóteses, ele insistirá em que existe outro nível de realidade a ser investigado em cada sistema particular de poder. Em alguns casos terá de concluir que procurar o poder real nos lugares pùblicamente reconhecidos como sendo os do poder legal é inteiramente inútil. [...]

Examinemos outro exemplo, tirado da vida económica. O gerente de pessoal de uma fábrica prepara com o máximo prazer organogramas multicores que supostamente representam a organização do processo de produção. Cada pessoa tem o seu lugar, sabe de quem recebe ordens e a quem as transmite e cada equipa conhece o seu papel no grande drama da produção. Na realidade, porém, as coisas raramente correm assim — como sabe todo o bom gerente de pessoal. Ao esquema oficial de organizações sobrepõe-se uma rede muito mais subtil, muito menos visível, de grupos humanos, com suas lealdades, preconceitos, antipatias e, principalmente, códigos de comportamento. A sociologia industrial está entulhada de dados a respeito do funcionamento dessa rede informal, que sempre existe em vários graus de acomodações e conflito com o sistema formal. De certo modo, a mesma coexistência de organização formal e informal é encontrada onde quer que um grande número de homens trabalhem ou vivam juntos sob um sistema disciplinar — organizações militares, prisões, hospitais, escolas — e remonta às misteriosas ligas que as crianças formam entre si e que só raramente são apercebidas por seus pais. O sociólogo terá de, mais uma vez, tentar furar a cortina de fumo das versões «oficiais» da realidade (as do capataz, oficial ou professor) e procurar captar sinais emitidos do «submundo» (os do trabalhador, do soldado, do aluno).

Mais um exemplo. Supõe-se geralmente nos países ocidentais (e sobretudo nos Estados Unidos) que homens e mulheres se casam por estarem apaixonados. Segundo uma arraigada mitologia popular, o amor é uma emoção de carácter violento e irresistível que ataca ao acaso, um mistério que constitui a meta da maioria dos jovens e, muitas vezes, de pessoas já não pròpriamente jovens. Entretanto, assim que se começa a investigar um número representativo de casamentos, apercebe-se que a flecha de Cupido parece

ser teleguiada com bastante segurança para canais bem definidos de classe, rendimento, educação e antecedentes raciais e religiosos. Investigando-se um pouco mais o comportamento dos casais antes do casamento, encontram-se modos de interacção que com frequência são suficientemente rígidos para merecerem o nome de ritual. O investigador começa a suspeitar que, na maioria dos casos, não é tanto a emoção do amor que cria certo tipo de relação, mas justamente o contrário: relações cuidadosamente preestabelecidas, e muitas vezes planejadas, geram por fim a desejada emoção. Por outras palavras: quando certas condições são satisfeitas, natural ou artificialmente, uma pessoa permite-se «apaixonar-se». O sociólogo que investigar os nossos padrões de «corte» (eufemismo tendencioso) e casamento descobrirá uma complexa trama de motivações relacionada com toda a estrutura institucional dentro da qual os indivíduos vivem — classe, carreira, ambição económica, aspirações de poder e prestígio. A noção de milagre do amor parece então um pouco simplista, mas isto não significa necessàriamente que o sociólogo afirme que tal interpretação romântica seja uma ilusão. Simplesmente, também neste caso ele lança os olhos para além das interpretações imediatas e aprovadas. Ao contemplar um casal que, por sua vez, contempla a Lua, não há razão para que o sociólogo se sinta na obrigação de negar o impacte emocional dessa cena. Entretanto, levará em consideração a máquina que participou na construção da cena em seus aspectos não lunares: o símbolo de *status* que abriga os namorados (o automóvel), os cânones de gosto e táctica que determinam o costume, as muitas formas como a linguagem e a conduta situam socialmente os protagonistas, definindo assim a localização social e a intencionalidade de todo aquele comportamento.

3. *As interrogações de que decorre a definição dos «problemas sociológicos» não são as mesmas de que resulta a definição dos «problemas sociais»*

Talvez já esteja claro que os problemas que interessam ao sociólogo não são necessàriamente aqueles que outras pessoas possam chamar «problemas». A maneira como as autoridades públicas e os jornais (e, infelizmente, também alguns livros didácticos de sociologia) falam de «problemas sociais» obscurece este facto. Geralmente diz-se que existe um «problema social» quando alguma coisa na sociedade não funciona como deveria funcionar segundo as interpretações oficiais. Neste caso, as pessoas esperam que o sociólogo estude o «problema», tal como definido por elas, e talvez até que apresente uma «solução» que o resolva à sua conveniência, isto é, que responda às interrogações práticas de quem define o «problema». Contrariando esse tipo de expectativa, é importante compreender que um problema sociológico é, nesse sentido, muito diferente de um «problema social». Por exemplo, é ingenuidade considerar o crime um «problema» porque as organizações policiais assim o definem, ou chamar ao divórcio «problema» porque assim o proclamam os moralistas do casamento. Para

usarmos palavras ainda mais claras, o «problema» do capataz — fazer que os operários trabalhem com mais eficiência — ou o do oficial de combate — levar as suas tropas a atacarem o inimigo com mais entusiasmo — nem sempre têm de ser problemas para o sociólogo (não levemos em consideração, de momento, o facto provável de o sociólogo solicitado a estudar esses «problemas» estar contratado pela empresa ou pelo exército). O problema sociológico é sempre definido em função de interrogações dirigidas à compreensão do que acontece em termos de interacção social. Por isso, o problema sociológico consiste menos em determinar porque é que algumas coisas «saem erradas» do ponto de vista das autoridades que em conhecer como todo o sistema funciona, quais são os seus pressupostos e como se mantém coeso. O problema sociológico fundamental não é o crime, mas sim a lei, não é o divórcio, mas sim o casamento, não é a discriminação racial, mas sim a estratificação por critérios de raça, não é a revolução, mas sim o haver governo.

Um exemplo servirá para aclarar este ponto. Suponhamos, num bairro pobre, um núcleo de assistência social que tente afastar adolescentes das actividades oficialmente desaprovadas de uma quadrilha de delinquentes juvenis. O quadro de referência dentro do qual os assistentes sociais e as autoridades de polícia definem os «problemas» dessa situação é constituído pelo sistema de valores de classe média, respeitáveis, pùblicamente aprovados. Haverá um «problema» se adolescentes guiarem carros roubados e uma «solução» se, em lugar disso, praticarem desportos no núcleo de assistência social. Mas, se mudarmos o quadro de referência e olharmos a situação do ponto de vista dos líderes da quadrilha juvenil, os «problemas» aparecerão definidos ao inverso. Haverá um «problema» para a coesão da quadrilha se os seus membros forem afastados das actividades que conferem prestígio àquela dentro do seu próprio mundo social e uma «solução» se os assistentes sociais desistirem e voltarem para o lugar de onde vieram. Aquilo que constitui um «problema» para um sistema social é a ordem normal das coisas para outro e vice-versa. Lealdade, deslealdade e traição são definidas em termos contraditórios pelos representantes dos dois sistemas. Em termos dos seus próprios valores, o sociólogo poderá, evidentemente, considerar o mundo da respeitabilidade burguesa como o mais conveniente, e por isso poderá desejar acorrer em auxílio dos assistentes sociais, missionários da classe média entre os infiéis. Isto, contudo, não justifica a identificação das dores de cabeça do director do núcleo de assistência com aquilo que define os «problemas» do ponto de vista sociológico. Os «problemas» que o sociólogo desejará resolver referem-se a uma compreensão da situação social no seu todo, aos valores e métodos de acção em *ambos* os sistemas e à maneira como os dois sistemas coexistem no tempo e no espaço. Na verdade, é exactamente essa capacidade de olhar uma situação dos pontos de vista de sistemas interpretativos antagónicos que constitui uma das características da consciência sociológica.

4. *A tendência desmistificadora da investigação sociológica*

Poderíamos dizer, portanto, que a consciência sociológica é inerentemente desmistificadora. Com muita frequência, o sociólogo será levado, pela própria lógica da sua disciplina, a desmistificar os sistemas sociológicos que estuda. Essa tendência não se deve necessàriamente ao temperamento ou às inclinações do sociólogo. Na verdade, poderá acontecer que o sociólogo, ainda que de temperamento acomodatício e nada propenso a perturbar os cómodos pressupostos em que baseia a sua própria existência social, seja forçado, pela sua actividade, a «insultar» aquilo que todos à sua volta tomam como ponto assente. Por outras palavras, diríamos que as raízes da desmistificação na sociologia não são psicológicas, mas sim metodológicas. O quadro de referência sociológico, com o seu método inerente de procurar outros níveis de realidade para além dos definidos pelas interpretações oficiais da sociedade, traz consigo um imperativo lógico de desmascarar as simulações e a propaganda com que os homens ocultam as suas acções recíprocas. Esse imperativo desmistificador é uma das características da sociologia que melhor se ajustam ao espírito da era moderna.

A tendência desmistificadora do pensamento sociológico pode ser ilustrada de várias maneiras. Por exemplo, um dos temas principais na sociologia de Max WEBER é o das consequências involuntárias e imprevistas das acções humanas na sociedade. A obra mais famosa de WEBER, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo,* na qual demonstrou a relação entre certas consequências dos valores protestantes e o surgimento do *ethos* capitalista, tem sido muitas vezes mal compreendida, exactamente porque os seus detractores não entenderam o tema. Observam que os pensadores protestantes citados por WEBER jamais pretenderam que os seus ensinamentos fossem aplicados de maneira a produzir os resultados económicos específicos em questão. Especìficamente, WEBER argumentou que a doutrina calvinista da predestinação fez que muita gente se comportasse da maneira que ele chamou «mundanamente ascética», isto é, de uma maneira que se ocupa intensa, sistemática e abnegadamente com as coisas deste mundo, sobretudo em questões económicas. Os críticos de WEBER têm observado que nada estava mais distante do espírito de CALVINO e de outros mentores da Reforma calvinista. No entanto, WEBER nunca declarou que o pensamento calvinista *pretendesse* gerar esses comportamentos económicos. Pelo contrário, ele sabia que as intenções do calvinismo eram dràsticamente diferentes. Simplesmente, as consequências ocorrem apesar das intenções e não raramente contra elas. Por outras palavras, a obra de WEBER (e não apenas o seu trecho famoso que acabamos de mencionar) proporciona uma imagem vívida da *ironia* das acções humanas. Por conseguinte, a sociologia de WEBER oferece-nos uma antítese radical de quaisquer concepções que vejam a história como uma concretização de ideias ou como fruto dos esforços deliberados de indivíduos ou colectividades. Isto não significa, absolutamente,
 que as ideias não sejam importantes. Significa apenas que com

muita frequência o resultado das ideias é muito diverso daquilo que os formuladores das ideias planejaram ou esperaram. [...]

A tendência desmistificadora da sociologia está implícita em todas as teorias sociológicas que dão ênfase ao carácter autónomo dos processos sociais. Émile DURKHEIM, por exemplo, fundador da escola mais importante da sociologia francesa, frisava que a sociedade era uma realidade *sui generis,* ou seja, uma realidade que não podia ser reduzida a factores psicológicos ou de outra natureza em diferentes níveis de análise. O efeito dessa insistência é tornarem-se irrelevantes os motivos e significados *individuais* de vários fenómenos. É possível que isto transpareça com especial nitidez no conhecido estudo de DURKHEIM sobre o suicídio, onde as intenções individuais das pessoas que cometem ou tentam cometer suicídio são inteiramente postas de lado na análise, em favor do estudo de estatísticas referentes a várias características sociais dos indivíduos. Segundo a perspectiva durkheimiana, viver em sociedade significa existir sob a dominação da lógica da sociedade. Com muita frequência, as pessoas agem segundo essa lógica sem o perceber. Portanto, para descobrir essa dinâmica interna da sociedade, o sociólogo terá muitas vezes de desprezar as respostas que os próprios actores sociais dariam às suas perguntas e procurar as explicações de que eles próprios não se dão conta. Esta atitude, essencialmente durkheimiana, foi introduzida na abordagem teórica hoje chamada «funcionalismo». Na análise sociológica funcionalista, a sociedade é analisada em termos *dos seus próprios mecanismos como sistema,* os quais muitas vezes se apresentam obscuros ou opacos àqueles que actuam dentro do sistema. O sociólogo americano contemporâneo Robert MERTON expressou bem essa abordagem através dos seus conceitos de funções «manifestas» e funções «latentes». As primeiras são as funções conscientes e deliberadas dos processos sociais, as segundas as funções inconscientes e involuntárias. Assim, a função «manifesta» da legislação antijogo pode ser suprimir o jogo e a sua função «latente» dar origem a um império ilegal para as organizações de jogo clandestino. Missões cristãs em certas partes da África tentaram «manifestamente» converter os Africanos ao cristianismo, mas ajudaram «latentemente» a destruir as culturas tribais, proporcionando condições para rápida transformação social. O *contrôle* do Partido Comunista sobre todos os sectores da vida social na U. R. S. S., cuja função «manifesta» era a de assegurar a manutenção do *ethos* revolucionário, teve a função «latente» de criar uma nova classe de acomodados burocratas, sinistramente burgueses nas suas aspirações e cada vez menos inclinados aos sacrifícios da dedicação bolchevista. A função «manifesta» de muitas associações voluntárias nos Estados Unidos é a sociabilidade e a contribuição para o bem público, mas é a sua função «latente» conferir símbolos de *status* aos que delas participam.

O conceito de «ideologia», central em algumas teorias sociológicas, pode servir como outro exemplo para a tendência desmistificadora que estamos discutindo. Os sociólogos falam de «ideologia» ao referirem-se a concepções *que servem para justificar os privilé-*

gios de algum grupo. Com muita frequência, tais concepções distorcem sistemàticamente a realidade social, da mesma forma que um indivíduo neurótico pode negar, deformar ou reinterpretar aspectos da sua vida que lhe sejam inconvenientes. Esta perspectiva ocupa lugar central na importante construção teórica do sociólogo italiano Vilfredo PARETO, sendo o conceito de «ideologia» essencial para a abordagem denominada «sociologia do conhecimento». Em tais análises, as ideias segundo as quais os homens explicam as suas acções são desmascaradas como auto-ilusão, «técnica de vendas», o tipo de «insinceridade» a que David RIESMAN se referiu como o estado de espírito de um homem que acredita habitualmente em sua própria propaganda. Destarte, podemos falar de «ideologia» quando analisamos a crença de muitos médicos americanos de que os padrões de saúde declinarão se for abolido o método de pagamento directo cliente-profissional, ou o ponto de vista de muitos agentes funerários de que funerais baratos demonstram falta de afecto pelos entes perdidos, ou ainda o facto de muitos animadores de televisão definirem os testes de conhecimento como «educativos». A auto-imagem do corretor de seguros como um afectuoso conselheiro de casais jovens, ou da *strip-teaser* de cabaré como artista, ou do publicitário como perito em comunicação, ou do carrasco como servidor público — todas essas ideias constituem, não só abrandamentos individuais de culpa ou expressão de anseio de *status*, como também auto-interpretações oficiais de grupos sociais inteiros, a que os seus membros estão obrigados, sob pena de excomunhão. Ao levantar o véu que encobre a funcionalidade social das simulações ideológicas, os sociólogos deverão tentar não assemelhar-se àqueles historiadores dos quais MARX disse estarem menos capacitados que qualquer comerciante de esquina para saber a diferença entre o que um homem é e aquilo que afirma ser. O carácter desmistificador da sociologia está nessa penetração de cortinas de fumo verbais, através da qual se atingem as fontes não admitidas e muitas vezes desagradáveis da acção.

5. *As afinidades da «consciência sociológica» com a concepção «não respeitável» da sociedade*

Alvitrou-se acima que a ocasião mais propícia para o surgimento da consciência sociológica é aquela em que as interpretações comummente aceites ou legalmente enunciadas da sociedade sofrem um abalo. Há bons motivos para encararmos a origem da sociologia em França (pátria da disciplina) em termos de um esforço para explicar as consequências da Revolução Francesa, e não só do grande cataclismo de 1789, como também daquilo a que De TOCQUEVILLE chamou a revolução permanente do século XIX. No caso da França, não é difícil perceber o aparecimento da sociologia, contra o pano de fundo das rápidas transformações da sociedade moderna, do colapso das fachadas, do esvaziamento dos velhos credos e da eclosão de forças novas e assustadoras no cenário social. Na Alemanha, o outro país europeu em que um importante movimento sociológico surgiu no século XIX, a situação era um

tanto diferente. Para citarmos MARX mais uma vez, os Alemães tinham tendência para levar por diante, em estudos académicos, as revoluções que os Franceses realizavam nas barricadas. Pelo menos uma dessas raízes académicas de revolução, talvez a mais importante, pode ser procurada no amplo movimento filosófico que veio a ser chamado «historicismo». Não cabe aqui narrar toda a história desse movimento. Bastará dizer que ele representa uma tentativa de tratar filosòficamente a sensação avassaladora da relatividade de todos os valores na história. Essa percepção da relatividade dos valores foi um resultado quase inelutável do imenso acúmulo de erudição histórica, efectuado pelos Alemães em quase todos os campos do conhecimento. Pelo menos em parte, o pensamento sociológico fundou-se na necessidade de dar ordem e inteligibilidade à impressão de caos que essa avalanche de informação histórica causava em alguns observadores. Contudo, é desnecessário dizer que a sociedade do sociólogo alemão estava a mudar à sua volta, tal como a do seu colega francês, à medida que a Alemanha, na segunda metade do século XIX, se tornava ràpidamente numa potência industrial e num estado organizado. Não nos deteremos, porém, nessas questões. Se voltarmos a atenção para os Estados Unidos, país onde a sociologia viria a lançar raízes mais fundas, encontramos outro conjunto de circunstâncias diferentes, ainda que contra o mesmo pano de fundo de rápidas e profundas mudanças sociais. Ao examinar-se a evolução desta disciplina nos Estados Unidos, percebe-se outro tema da sociologia, estreitamente ligado ao da desmistificação, mas que não lhe é idêntico — o seu fascínio pela concepção «não respeitável» da sociedade.

Em qualquer sociedade, pelo menos no Ocidente, podem-se distinguir sectores «respeitáveis» e «não respeitáveis». Neste sentido, a sociedade americana não ocupa posição singular. Entretanto, a «respeitabilidade» americana possui uma qualidade particularmente omnipresente. É possível que isto possa ser atribuído, pelo menos em parte, aos duradouros efeitos colaterais do estilo de vida puritano. É mais provável, no entanto, que esteja relacionado com o papel proeminente desempenhado pela burguesia na formação da cultura americana. Quaisquer que tenham sido as suas causas históricas, não é difícil classificar prontamente os fenómenos sociais americanos num desses dois sectores. Podemos aperceber-nos da América oficial, respeitável, representada simbòlicamente pela Câmara de Comércio, pelas igrejas, escolas e outros centros de ritual cívico. Entretanto, ao lado desse mundo de «respeitabilidade» existe uma «outra América», presente em qualquer cidade, por menor que seja, uma América que tem outros símbolos e que fala «outra língua». É provável que a sua linguagem seja o seu mais seguro rótulo de identificação. É a linguagem do salão de *sinuca* e do jogo de *poker,* dos bares, lupanares e quartéis. Mas é também a linguagem que irrompe, com um suspiro de alívio, entre dois vendedores que bebem juntos no vagão-restaurante, enquanto o seu comboio passa por cidadezinhas do Meio-Oeste numa manhã de domingo, no momento em que os pacatos moradores do lugar acorrem aos santuários caiados. É a linguagem

reprimida diante de senhoras e clérigos e que deve a sua existência sobretudo à transmissão oral entre gerações de Huckleberry Finns (muito embora, nos últimos anos, essa linguagem haja ganho lugar em livros destinados a excitar senhoras e clérigos). A «outra América», que fala essa linguagem, pode ser encontrada em toda a parte onde certas pessoas são excluídas, ou se excluem, da convivência da classe média. Encontramo-la naqueles sectores da classe trabalhadora que ainda não se encontram muito adiantados no caminho do emburguesamento, nos cortiços, nas favelas e naquelas áreas das cidades que os sociólogos urbanos chamam «áreas de transição». Manifesta-se poderosamente no mundo do negro americano. Também a encontramos nos submundos daqueles que, por um motivo ou por outro, se afastaram voluntàriamente da burguesia — nos mundos dos *hippies,* homossexuais, vagabundos e outros «marginais», mundos que são cuidadosamente mantidos longe das ruas em que as «pessoas decentes» moram, trabalham e se divertem *en famille* (ainda que, em algumas ocasiões, esses mundos sejam bastante convenientes para o macho da espécie «pessoas decentes» — justamente as ocasiões em que ele se encontra exultantemente *sans famille*).

A sociologia americana, aceite desde cedo tanto pelos círculos académicos como pelas pessoas ligadas a actividades de bem-estar social, foi logo associada à «América oficial», ao mundo dos que tomam as decisões, em nível local ou nacional. Ainda hoje a sociologia conserva essa filiação «respeitável» nas universidades, nos círculos económicos e no governo. A sua designação raramente provoca desagrado, excepto por parte de racistas sulistas suficientemente letrados para terem lido as notas de pé de página da decisão dessegregacionista de 1954. Entretanto tem existido uma corrente importante na sociologia americana, que a associa à «outra América», de linguagem desabrida, de atitudes chocantes, àquele estado de espírito que não se deixa impressionar, comover ou enganar pelas ideologias oficiais. [...]

[...] Algumas correntes de estudos empíricos da sociologia americana comprovam esse fascínio pela concepção «não respeitável» da sociedade. Por exemplo, ao rever o vigoroso desenvolvimento de estudos urbanos realizados pela Universidade de Chicago na década de 20, espanta-nos a atracção, aparentemente irresistível, pelos aspectos mais desagradáveis da vida urbana revelada por esses investigadores. O conselho dado aos seus alunos por Robert PARK, a figura mais importante desse movimento, no sentido de que deviam «sujar as mãos na pesquisa», muitas vezes significa literalmente um interesse intenso por tudo aquilo que os habitantes «respeitáveis» de Chicago chamariam «sujo». Apercebe-se em muitos desses estudos a excitação de descobrir os avessos picarescos da grande cidade — estudos da vida nos cortiços, do mundo melancólico das pensões, de Skide Row, dos mundos do crime e da prostituição. Um dos resultados dessa chamada «escola de Chicago» foi o estudo sociológico das ocupações, que em grande parte se deve ao trabalho pioneiro de Everett HUGHES e seus estudantes. Também aqui encontramos fascinação por todos os mundos possíveis em que seres humanos vivem, não só os mundos das

ocupações «respeitáveis», mas também os da bailarina de *dancings,* do zelador de edifícios de apartamentos, do pugilista profissional e do músico de *jazz.* A mesma tendência pode ser discernida nos estudos comunitários americanos que se seguiram aos famosos estudos *Middletown,* de Robert e Helen LYND. Inevitàvelmente, esses estudos tinham de desdenhar as versões oficiais da vida comunitária, olhar a realidade social não só da perspectiva da prefeitura, como também da perspectiva da cadeia. Tal método sociológico constitui, *ipso facto,* uma refutação do pressuposto «respeitável» de que sòmente certas concepções do mundo devem ser levadas a sério.

Não desejaríamos transmitir uma impressão exagerada do efeito dessas investigações sobre a consciência dos sociólogos. Estamos bem cientes dos elementos de partidarismo político e romantismo inerentes a uma parte dessa atitude. Sabemos também que muitos sociólogos participam plenamente do *Weltanschauung* «respeitável». Não obstante, insistiríamos em que a consciência sociológica predispõe para uma percepção de outros mundos, além do da «respeitabilidade» de classe média, uma percepção que já traz em si os germes da «não respeitabilidade» intelectual. No segundo estudo *Middletown,* os LYND ofereceram uma análise clássica do espírito da classe média americana, na sua série de «afirmações: *é claro*» — isto é, de afirmações que representam um consenso tão forte que a resposta a qualquer pergunta a seu respeito será habitualmente precedida pela expressão «é claro». «A nossa economia é de livre iniciativa?» «É claro!» «Todas as nossas decisões importantes são tomadas através do processo democrático?» «É claro!» «A monogamia é a forma natural do casamento?» «É claro!» Por mais conservador e conformista que seja o sociólogo na sua vida privada, ele sabe que há questões sérias a serem levantadas em relação a cada uma dessas afirmações. Basta esta tomada de consciência para o conduzir ao limiar da «não respeitabilidade». [...]

Peter L. BERGER, *Perspectivas Sociológicas,* Petrópolis, Brasil, Editora Vozes, 1972. Título do original inglês: *Invitation to Sociology,* Pelican Books. (Extractos do cap. 2, com adaptações de forma; os subtítulos são da responsabilidade de quem organizou este caderno n.º 1)

O conhecimento científico do social como produto de um trabalho de abstracção e construção

I

SUMÁRIO-GUIÃO DAS AULAS

1. Uma das conclusões essenciais que terá sido possível obter trabalhando sobre o caderno n.º 2[1] é a de que as diversas ciências sociais se distinguem entre si, não por se ocuparem de realidades diferentes, mas porque, através de cada uma delas, uma mesma realidade — a realidade social — *é conhecida de uma forma diferente*. Os «conhecimentos económicos», os «conhecimentos demográficos» e os «conhecimentos sociológicos», por exemplo, são de facto diferentes; mas não o são porque haja uma «realidade económica», uma «realidade demográfica» e uma «realidade sociológica» distintas umas das outras; são-no porque, acerca da realidade social, a Economia, a Demografia e a Sociologia *construíram* e continuam a construir diferentes «códigos de leitura», que, sendo constituídos por diferentes conceitos e relações entre conceitos, implicam diferentes modos de a aperceber, descrever e interpretar, ou seja, de a conhecer. (Vd. A. SEDAS NUNES, *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, ed. do Gabinete de Investigações Sociais, pp. 27-28.)

2. Aquela conclusão permite retomar, mas agora noutro nível, um ponto que foi abordado, em termos muito sumários, no trabalho efectuado sobre o caderno n.º 1. Trata-se de uma ideia-chave cuja importância seria difícil exagerar. Convém, por conseguinte, fundamentá-la, desenvolvê-la, aclará-la: são estas, precisamente, as finalidades que se pretende atingir nas aulas respeitantes a este caderno n.º 3. Nas *Questões Preliminares* encontra-se enunciada sob a forma seguinte: «*todo o conhecimento, por mais empírico que se afigure, é de facto abstracção e construção*» (p. 35). Apreender correctamente esta ideia é condição indispensável para que se possa ter clara

[1] O caderno n.º 2, que, dada a sua grande extensão, não é possível reproduzir neste lugar, tem por título «A pluralidade das ciências sociais» e consta de quatro partes: 1.ª, classificação das ciências sociais; 2.ª, descrição das principais ciências sociais contemporâneas; 3.ª, critérios para distinguir e comparar as ciências sociais; 4.ª, o problema das relações entre as várias ciências sociais.

e exacta consciência do que efectivamente «se está a fazer», ou «a aprender», quando — nas ciências sociais ou noutras quaisquer ciências — se faz investigação ou muito simplesmente se estuda o que uma dada ciência nos «diz».

3. Todo o conhecimento é, em primeiro lugar, *abstracção*. Afirmar isto significa contrariar, desde logo, uma das «primeiras evidências» do senso comum.

   3.1 Antes do mais, importa introduzir uma distinção entre «conhecer» e «reconhecer». Para o senso comum é «evidente» que «conhecemos» — e de uma forma extremamente «concreta» — pessoas, objectos, lugares, as mais diversas coisas. Por exemplo: «conhecemos» muito «concretamente» (e não de uma forma «abstracta») os nossos pais, irmãos, amigos, colegas, os nossos objectos pessoais, as nossas casas, os locais que frequentamos. Simplesmente, em casos como estes, o que o senso comum chama «conhecer» é essencialmente, se bem que não exclusivamente, «*saber reconhecer*». Quando declaramos que «conhecemos» concretamente algo ou alguém, o que bàsicamente estamos a dizer é que «sabemos reconhecê-lo» (ou, por outras palavras, «identificá-lo»).

   3.2 O «saber reconhecer» *concretamente* algo ou alguém pressupõe duas condições. Por um lado, a de que disponhamos, acerca do que «sabemos reconhecer», de uma *informação* que *directamente* lhe respeite. Por outro, a de que haja alguma *forma de relação* entre aquilo ou aqueles que «reconhecemos» e nós próprios: efectivamente, o que se nos apresenta como absolutamente «estranho» (ou seja, como totalmente desprovido de relação connosco) apresenta-se-nos ao mesmo tempo como «irreconhecível» (isto é, segundo a linguagem do senso comum, como «desconhecido») e não tem para nós qualquer *significado*. Convém atentar, de seguida e separadamente, em cada uma destas condições.

   3.3 O conteúdo das *informações* de que dispomos acerca dos objectos que «reconhecemos» (pessoas, coisas, acontecimentos, acções, situações, etc.) não é constituído por propriedades intrínsecas — ou por cópias fiéis de propriedades intrínsecas — dos próprios objectos. É, na verdade, formado por características e significados que a esses objectos *atribuímos*, através dos nossos *mecanismos de percepção*. Ora estes mecanismos *não são passivos, nem puramente sensoriais*, como vulgarmente se supõe: não consistem em meros processos de registo ou «gravação», no nosso cérebro, de «mensagens» emitidas pelos objectos e directamente captadas, sem quaisquer interferências, pelos nossos sentidos. Já NIETZSCHE irònicamente se referiu ao «dogma da imaculada percepção»; e, de facto, todas as investigações psicológicas que depois se fizeram

obrigam a admitir que a percepção não é de modo algum «imaculada», pois que os seus mecanismos, em que a inteligência activamente intervém, se traduzem em complexas operações selectivas, esquematizadoras, organizativas e interpretadoras das estimulações que os sentidos recebem dos objectos. Em resultado dessas operações, os objectos, o mundo, a realidade, são apercebidos, não directa e totalmente, mas com as configurações e significações que adquirem no interior de um determinado *quadro lógico de «categorias perceptivas»*, a que pode chamar-se *um «código de leitura» do real.* (Vd. *Questões Preliminares...*, pp. 28-29; vd. igualmente pp. 56-57, onde se mostra que os «códigos de leitura» do real variam consoante as posições que os indivíduos e os grupos ocupam na estrutura social.) Assim, mesmo o «conhecimento» *concreto* (no sentido referido em 3.1) que, por exemplo, tenhamos de alguém inclui forçosamente *esquematismo e abstracção* — o que bem se revela, nomeadamente, no facto de nos não ser possível descrever quem quer que seja sem que, ao referir as características concretas que lhe atribuímos, tenhamos de situá-las *em «categorias abstractas» de classificação,* como as de «inteligente» ou «estúpido», «afável» ou «agressivo», «belo» ou «feio», «hipócrita» ou «sincero», «culto» ou «inculto», etc.

3.4 Se, como ficou dito em 3.2, não é possível «reconhecer» o que se nos apresenta como absolutamente desprovido de relação connosco, também é certo que não pode haver relação significativa entre os agentes sociais (indivíduos ou grupos), ou destes com quaisquer acções, objectos ou situações, sem que os agentes sociais saibam de algum modo «reconhecer-se» uns aos outros e «reconhecer» esses objectos, situações e acções. Estes actos, que incessantemente se exercem e repetem, de «reconhecimento» dos agentes sociais uns pelos outros e de «reconhecimento» de objectos e situações *são, de facto, elementos constitutivos das próprias relações sociais:* sem eles, a vida social não seria possível. Por exemplo: o pequeno segmento de vida social que é uma aula a funcionar com algumas dezenas de «alunos» e um «professor» implica necessàriamente: que todos, menos um, dos agentes sociais que nele participam sejam «reconhecidos» e «se reconheçam» como «alunos»; que o outro agente social seja «reconhecido» e «se reconheça» como «professor»; que, em conjunto, todos «reconheçam» a situação como «uma aula»; que o local seja unânimemente «reconhecido» como «uma sala de aula»; etc. Simplesmente, «aluno», «professor», «aula», «sala de aula», são òbviamente *categorias abstractas,* digamos: noções classificatórias, que os dicionários procuram, com dificuldades (...), definir. Mas é precisamente porque são abstractas — ou seja, porque isolam e designam apenas um número restrito de características que será necessário

aperceber nos agentes sociais, nas acções, nas situações e nos objectos, para os poder «classificar» — que essas categorias podem ser aplicadas, como milhares de outras (as de «operário», «patrão», «passageiro», «condutor», «estudante», «polícia», «universidade», «fábrica», «greve», «negociação», «governo», «oposição», ...), a inúmeras pessoas, acções, situações e objectos *concretamente muito diferentes*. Isso permite que estes adquiram, *na percepção que deles temos*, significados «reconhecíveis», que, por sua vez, nos tornam possível aperceber, «reconhecendo-a», a nossa própria relação social com eles.

A «familiaridade» do social, de que tratámos no caderno n.º 1 (3.1), nada mais é que o efeito, ao nível da consciência dos agentes sociais, do elemento de «reconhecimento», constitutivo da própria realidade social. De facto, porém, o que nos é «familiar» não é a própria realidade social, mas as formas sob as quais, através das «categorias» que nos permitem «reconhecê-la», a apercebemos.

3.5 É recorrendo a essas «categorias», mediante as quais o social se nos oferece como «familiar», que o senso comum e as ideologias produzem, acerca dele, «explicações». Dado que tais «categorias» são esquemáticas e abstractas, as «explicações» que as utilizam não podem deixar de ser, elas também, esquemáticas e abstractas. E, na verdade, quaisquer que sejam os exemplos que tomemos (recordem-se os indicados para o fim do parágrafo 4.2 do caderno n.º 1), sempre será possível concluir que se trata de *explicações simples, de um extremo esquematismo inconsciente*, onde os «factores explicativos» (as «causas») aparecem em número muito restrito e não raramente reconduzidos a um só. E, no entanto, enunciam-se a si mesmas como *concretas*, como *expressão de um conhecimento imediato* do real. Ao ignorar os mecanismos de percepção e categorização que referimos, ignoram-se forçosamente como resultantes desses mecanismos e das operações efectuadas sobre e com as percepções e categorias que tais mecanismos produzem. *Confundem, pois, o real com o apercebido, com o «aparente»*. São explicações «iludidas» e «ilusórias», o que aliás não exclui que possam frequentemente ser «úteis», servir para fins «práticos», e conter elementos de conhecimento não ilusório. Supõem, de facto, uma ilusão: a da «*transparência do real*», a de que o real se deixa, directa e fàcilmente, ver e explicar.

3.6 Ao conhecimento vulgar (de senso comum ou ideológico) do «aparente» opõe-se o esforço científico *de procurar atingir* o conhecimento do «real» que as «aparências» ocultam: a ciência é, na verdade, sempre ciência do escondido, do que se não deixa ver e explicar imediatamente. Porém, tal como o trabalho do senso comum ou da ideologia, também o trabalho científico procede, *mas conscientemente,*

por abstracção. Elabora esquemas e mapas de esquemas — compostos por conceitos (categorias), relações entre conceitos, hipóteses, leis, teorias —, os quais servem, por sua vez, como instrumentos para enunciar, acerca de realidades concretas, interpretações que, baseando-se em esquemas, não podem, elas próprias, deixar de ser também esquemáticas, ou seja, selectivas, abstractas. Jamais, na verdade, as interpretações científicas se podem dar por descrições/ /explicações exaustivas, totais, das realidades que interpretam, mas apenas por *tentativas de reconstrução conceptual* (e, portanto, uma vez mais esquemática) de estruturas e processos objectivos do real, da sua génese, das suas determinações, dos seus efeitos. Um «concreto pensado» (por exemplo, a economia portuguesa, vd. *Questões Preliminares...*, p. 34, ou a revolução industrial inglesa, vd. caderno n.º 2) é sempre um esquema, mais ou menos adequado, do correspondente «concreto real» — e isto é assim, mesmo quando o «concreto pensado» é um «concreto cientìficamente descrito e explicado».

4. Todo o conhecimento é *construído*. Mas a construção do conhecimento científico implica ruptura com as «construções» do conhecimento vulgar.

   4.1 A aceitação da ideia de que o conhecimento científico é «construído» defronta-se com dificuldades. Uma delas provém de que há uma outra forma de «conhecimento» que é precisamente aquela a que incessantemente recorremos — a do «conhecimento vulgar» — e que, apesar de ser igualmente produto de operações «construtivas», se ignora como tal. Uma outra decorre do embate com certas ideias — indiscutìvelmente erróneas, mas muito divulgadas, nomeadamente através do ensino secundário — acerca da natureza do trabalho científico. Essas ideias caracterizam o que podemos considerar como a forma mais grosseira da *concepção empirista* da ciência.

   4.2 Que o «conhecimento vulgar» é ele mesmo uma construção — mas uma «construção» que se desconhece como tal e que, no atinente ao social, ainda hoje se pressupõe transcrição verídica ou reflexo fidedigno da realidade — resulta já do exposto anteriormente, sobretudo em 3.3 e 3.4.

   4.3 Quanto à concepção *empirista* da ciência — que, ao menos na sua expressão mais vulgarizada (a única que por ora interessa referir), tem estreitas afinidades com os pressupostos do «conhecimento vulgar» —, pode resumir-se na afirmação de que todo o conhecimento científico *nos é dado pela observação*. É a observação, cuidadosamente efectuada sem ideias preconcebidas, que nos permite a *constatação* dos «factos» objectivos e das «relações constantes entre os factos objectivos» a que chamamos «leis científicas». O cientista nada constrói, portanto: *regista*. Ou, se algo

constrói, são apenas aparelhos que lhe facultam a possibilidade de melhor observar os «factos». Esta concepção, que levanta vigorosas objecções e resistências ao reconhecimento do *carácter «construtivista» do trabalho científico,* apresenta-se investida de uma força de persuasão e de uma «autoridade» tanto maiores quanto é certo invocar-se correntemente a seu favor a própria «autoridade» das ciências da natureza, e mais especialmente a das ciências físicas. É esse o motivo por que os «Textos de Bibliografia» do presente caderno se referem, na sua maior parte, às ciências *naturais,* mau grado estarmos a trabalhar em disciplinas de Introdução ao Estudo e Metodologia das Ciências *Sociais.* De facto, poder-se-á assim verificar que as ciências da natureza, longe de caucionarem a vulgarizada concepção empirista da ciência, fornecem, pelo contrário, à *ideia de que «o conhecimeno científico é construído»* o seu mais sólido apoio. Os títulos daqueles textos estão definidos em termos tais que, no seu conjunto, condensam toda a matéria que convém debater em relação com essa ideia, formando assim, eles próprios, o *sumário-guião* deste ponto do trabalho a realizar nas aulas.

4.4 A recusa do empirismo já estava implícita no parágrafo 2.2 do caderno n.º 1, ou seja, na afirmação de que a prática científica consiste num *trabalho de transformação* de determinadas «matérias-primas» (informações) em novos «produtos» (conhecimentos), mediante utilização de certos «instrumentos» (conceitos, teorias, métodos, técnicas). Esse trabalho desenvolve-se em três «momentos», que BACHELARD designou pelas expressões: *«ruptura», «construção», «constatação».* Não nos ocuparemos, por agora, deste último «momento», a que talvez preferível fosse chamar *da «validação»* e que é aquele em que, nomeadamente, as «construções» científicas são submetidas à «prova dos factos». Importa, porém, dado que se reveste de particular importância nas ciências sociais, focar ainda o momento da «ruptura».

4.5 A elaboração de «construções científicas» implica *ruptura com as «construções» do «conhecimento vulgar»* (do senso comum, da ideologia). Na verdade, se a ruptura com as «categorias», «evidências» e «explicações» vulgares não ocorre, não é de todo possível «abrir espaço» para novas «construções». Todo o conhecimento, mesmo o vulgar, é construído para responder a determinadas interrogações, a determinados problemas — e transporta, por isso, em si mesmo, implìcitamente, as interrogações, os problemas, para responder aos quais foi construído. Assim, o «conhecimento vulgar», enquanto não é recusado como traduzindo directa e fielmente a realidade, continua a impor ao pensamento, não só as suas «categorias» explícitas, como também as interrogações escondidas, os problemas implícitos, que

estão na sua origem. Ora os problemas, as interrogações, as necessidades de resposta a que o «conhecimento vulgar» (de senso comum ou ideológico) responde e corresponde não são, como vimos, os do conhecimento pròpriamente dito, mas os do «reconhecimento» e da «prática social».

4.6 Não se trata, por conseguinte, de simplesmente pôr em dúvida, para construir a ciência, o que o senso comum ou a ideologia explìcitamente afirmam como «evidente»; não se trata apenas de ir verificar, por métodos científicos, se as descrições/interpretações que o «conhecimento vulgar» nos oferece do social são correctas ou incorrectas, cientìficamente válidas ou não. A ruptura opera-se, fundamentalmente, de outro modo e noutro nível — e sem de resto forçosamente se propor substituir as «construções» do «conhecimento vulgar» por outras «construções», no plano das práticas quotidianas onde aquelas possam continuar a ser «úteis». Quando efectivamente se opera, é *ao nível das perguntas* — não ao das respostas, das descrições/interpretações — que centralmente se situa. Opera-se, portanto, *enunciando novas interrogações,* instaurando novas problemáticas, através das quais o que precisamente fica posto em causa é *a forma como, nas operações produtoras do «conhecimento vulgar», o real é interrogado.* Baste-nos recordar, a propósito, Peter BERGER (texto n.º 2 do caderno n.º 1): problema, para a Sociologia, não é o crime, mas a lei, não é o divórcio, mas o casamento, não é a revolução, mas o haver governo. Contràriamente, para o «conhecimento vulgar», o crime, o divórcio, a revolução é que são «problemas». O que de facto se começa por subverter, para a ciência se construir, *são as perguntas,* e não *as respostas,* do senso comum ou da ideologia.

II

TEXTOS DE BIBLIOGRAFIA [2]

Texto n.º 1

No plano do conhecimento não há «factos puros»

[...] o *facto científico* é sempre função de um *certo dado.* [...] Todavia, se é exacto que há sempre um certo dado a propósito do qual o trabalho de investigação se exerce, não é menos verdade que também há sempre, seja em que facto for, *uma interpretação teórica* que nele está contida: não há factos puros («factos brutos»), como o acreditaram os positivistas, porquanto qualquer facto

[2] Os títulos dos textos, tanto de bibliografia como de aplicação, são da responsabilidade de quem organizou o presente caderno.

é sempre portador de uma teoria (interpretação). [...] De resto, já no século XIX WHEWELL escreveu: «Os factos são os materiais da ciência, mas todos os factos envolvem ideias [...]; muito frequentemente as nossas próprias inferências e interpretações entram nos factos que apercebemos. [...] Quando vemos um carvalho abater-se sob uma violenta rajada de vento, consideramos esse acontecimento muito simplesmente como *um facto* de que nos apercebemos através dos nossos sentidos. E, no entanto, qual é o sentido por meio do qual apercebemos a força que supomos exercida pelo vento? Qual é o sentido que nos faz distinguir um carvalho de todas as outras árvores? Torna-se claro, se reflectirmos, que é o nosso espírito que, neste caso, nos fornece a concepção de impulso exterior e de pressão, mediante a qual interpretamos assim os movimentos observados.» Deste modo, *o nosso espírito intervém no estabelecimento dos factos já desde antes do trabalho científico;* [...]

A. VIRIEUX-REYMOND, *Introduction à l'Epistémologie*, Paris, P. U. F., «Collection SUP», 1972, pp. 98-99.

Texto n.º 2

A escala de observação cria o fenómeno: uma mesma realidade pode pois ser representada, ao nível do conhecimento, por fenómenos muito diferentes

[...] a escala de observação cria o fenómeno. [...]

Consideremos [...] o exemplo de um «gás perfeito» [3]. *À escala molecular,* o fenómeno apresenta uma complexidade quase inextricável. O menor volume desse gás compreende milhões de «indivíduos moleculares», dotados, num dado instante, das velocidades mais diferentes em grandeza e em direcção e ocupando as posições mais variadas. No instante seguinte, em consequência dos choques que se produziram, tudo mudou e uma complexidade diferente, não menos inextricável, tomou o lugar da anterior, e assim sucessivamente. [...] Mas, à *nossa escala de observação,* as compensações estatísticas simplificam consideràvelmente o fenómeno. A noção de «indivíduo molecular» desaparece completamente; cada porção de gás deixa de se distinguir das porções vizinhas, e mesmo a análise mais minuciosa não poderia apreender a mais pequena diferença entre elas; além disso, cada uma dessas porções de gás encontra-se submetida a um determinismo estatístico muito rigoroso, designado por lei Mariotte-Lussac [4].

[3] Recorde-se que se define como «gás perfeito» aquele que obedece exactamente às leis de Mariotte e Gay-Lussac respeitantes às relações entre o volume, a pressão e a temperatura de uma dada massa gasosa. *(Nota da tradução.)*

[4] A lei de Mariotte-Gay Lussac, conhecida por «equação dos gases perfeitos», enuncia-se nos termos seguintes: «Os volumes da mesma massa de gás, medidos a pressões e temperaturas diferentes, estão entre si na razão inversa das pressões e na razão directa dos binómios de dilatação.» Os binómios de dilatação são dados pela expressão $(1+\alpha\, t)$, em que t é a temperatura e $\alpha = 0{,}003\,67$. *(Nota da tradução.)*

Embora, neste exemplo, não tenhamos a visão directa das moléculas, podemos no entanto verificar que, mudando a escala da observação, modificámos por completo a natureza daquilo a que poderemos chamar *os fenómenos* à escala molecular. Porém, se é certo que *o fenómeno* varia com a escala da observação, nem por isso devemos esquecer que, por detrás dessas aparências e representações diversas [...] se esconde sempre *uma mesma realidade.*

Charles- Eugène GUYE, *L'Évolution Physico-chimique,* Lausana, Rouge, 3.ª ed., 1947, p. 148.

Texto n.º 3

Os «dados» da investigação são «captados»: não exprimem a própria realidade

A linguagem teórica e descritiva de grande parte das investigações nas ciências sociais adopta uma posição de aparente neutralidade «objectiva». Mas isso pode ser perigosamente enganador. As escolhas da sintaxe e do vocabulário das investigações [...] definem e circunscrevem a forma como os «factos» se nos apresentam. Na verdade, têm uma tal importância que chegam mesmo a criar, em certo sentido, os factos que se estudam.

Aquilo que se designa por os «dados» *(data)* da investigação deve ser entendido menos como algo que nos é *dado* do que como algo que é por nós *tirado* de uma matriz de acontecimentos sempre fugidia. Em vez de «dados» *(data),* deveríamos dizer «captados» *(capta).* Toda a enorme multidão de elementos quantitativamente intermutáveis que alimentam os estudos considerados fidedignos [...] exprimem os resultados do modo como procedemos *sobre* a realidade, o que não é a expressão dos processos *da* própria realidade.

R. D. LAING, *The Politics of Experience,* Penguin Books, 1971, p. 53.

Texto n.º 4

O conhecimento, construção indefinidamente fecunda

Por um lado, os conhecimentos nunca derivam exclusivamente da sensação ou da percepção, mas também dos esquemas de acções ou dos esquemas operatórios de diversos níveis, que são, tanto uns como os outros, irredutíveis à percepção apenas. Por outro lado, a própria percepção não consiste numa simples leitura dos dados sensoriais, mas comporta uma organização activa, na qual intervêm decisões e pré-inferências e que é devida à influência, sobre a percepção enquanto tal, daquele esquematismo das acções ou das operações.

Não é portanto exagerado considerar «mítica» [...] a opinião clássica e manifestamente simplista segundo a qual todos os nossos conhecimentos, ou, pelo menos, os nossos conhecimentos experi-

mentais, teriam uma origem sensorial. O vício fundamental dessa interpretação empirista reside em esquecer a actividade do sujeito. Ora toda a história da física, a mais avançada das disciplinas baseadas na experiência, está aí para nos mostrar que esta última jamais se basta a si mesma e que o progresso dos conhecimentos é a obra de uma união indissociável entre a experiência e a dedução, o que equivale a dizer: de uma colaboração necessária entre os dados oferecidos pelo objecto e as acções ou operações do sujeito — constituindo estas acções e operações, elas próprias, o quadro lógico-matemático fora do qual o sujeito não consegue nunca assimilar intelectualmente os objectos. Mesmo em ciências tão pouco evoluídas (relativamente à física) e tão puramente «empíricas» na aparência como a zoologia e a botânica sistemáticas, a actividade classificatória (e, por conseguinte, já lógico-matemática) do sujeito continua a ser indispensável para assegurar uma leitura objectiva dos dados de facto: se os sistematizadores da zoologia e da botânica se tivessem limitado ùnicamente às suas impressões sensorais, nunca o *Systema Naturae*, de Charles LINNÉ, teria sido construído. Em cada uma das suas manifestações, o conhecimento científico reflecte assim a inteligência humana, que, pela sua natureza operatória, procede da acção no seu conjunto, e seria mutilar o carácter de construção indefinidamente fecunda que o conhecimento, a inteligência e a acção apresentam querer reduzir o conhecimento ao papel passivo de mero registo, papel com que teria de se contentar na hipótese de a sua origem ser sensorial.

Jean PIAGET, *Psychologie et Epistémologie*, Paris, Gonthier, «Bibliothèque Médiations», 1970, pp. 108-109.

Texto n.º 5

A «verdade científica» inventa-se

A verdade não se nos oferece: inventa-se. [...]

Para achar o antecedente causal da subida da água no corpo de bomba — foi precisa a *invenção* do peso do ar, coisa que se *não* dá aos sentidos dos homens; para tornar manifesto o antecedente causal da formação do espectro pela luz solar — foi mister que interviesse a fantasia do NEWTON, com uma invenção criadora: a do carácter complexo da radiação do Sol, composta de luzes com refracções diferentes — a qual se *não* oferece também aos sentidos, se *não* dá ao intelecto. [...] A ciência nasce por fantasia livre, por inspirações subitâneas, por operações produtoras, audaciosamente e sem regras, mas submetendo-se ao controlo das experimentações rigorosas; e a palavra «descobrir», em vez de «inventar» (que é a que nós empregamos: inventar), cremos que patenteia um universal engano acerca do carácter do labor científico, — que não é de descoberta, mas sim de invenção, de suposição de coisas que não são sensíveis.

António SÉRGIO, citações extraídas da antologia organizada por Joel SERRÃO e Rui GRÁCIO, *Filosofia*, Lisboa, Sá da Costa, 4.ª ed., 1971, pp. 144 e 64.

Texto n.º 6

A invenção da «verdade científica» é produto de um trabalho teórico que pressupõe ruptura com as interpretações vulgares (espontâneas)

A descoberta e a utilização do raciocínio científico por GALILEU é uma das conquistas mais importantes na história do pensamento humano e assinala o verdadeiro começo da física. Essa descoberta ensinou-nos que não devemos confiar sempre nas conclusões intuitivas baseadas na observação imediata [5], porquanto estas conduzem por vezes a fios condutores enganosos.

Mas onde é enganosa a intuição? Será porventura possível que seja errado dizer, por exemplo, que um carro puxado por quatro cavalos tem de se deslocar mais ràpidamente que um carro puxado por dois cavalos apenas?

Examinemos mais de perto os factos fundamentais do movimento, partindo de experiências quotidianas familiares à humanidade desde os princípios da civilização e que foram adquiridas na dura luta pela existência.

Imaginemos um homem que, numa estrada lisa, empurra diante de si um carro e que bruscamente deixa de o fazer. O carro continuará a percorrer uma certa distância antes de parar. Perguntemos: como se poderia aumentar essa distância? Pode-se conseguí-lo de diferentes maneiras: por exemplo, lubrificando as rodas ou tornando a estrada ainda mais lisa. Quanto mais fàcilmente as rodas rodarem, quanto mais lisa for a estrada, mais tempo o carro continuará a mover-se. Que é que se obteve por meio da lubrificação e do alisamento? Muito simplesmente o seguinte: as influências exteriores foram reduzidas. O efeito do que designamos por atrito foi diminuído, tanto nas rodas, como entre estas e a estrada. Porém, ao dizer isto, estamos já a dar uma interpretação teórica de um facto patente; na realidade, é uma interpretação arbitrária. Dêmos ainda mais um passo significativo e teremos o verdadeiro fio condutor. Imagine-se uma estrada perfeitamente lisa e rodas sem qualquer fricção. Não haveria então nada que fizesse parar o carro e este continuaria a mover-se indefinidamente. Esta conclusão é obtida ùnicamente imaginando uma experiência idealizada, que, de facto, jamais poderá ser realizada, posto que é impossível eliminar todas as influências exteriores. E é essa experiência idealizada que põe a claro o fio condutor que constitui realmente o fundamento da mecânica do movimento.

---

[5] A utilização por EINSTEIN e INFELD da expressão «conclusões *intuitivas* baseadas na observação», assim como, mais abaixo, de «*intuição*» e «concepção *intuitiva*», é susceptível de induzir em erro o leitor. De facto, essas expressões, conforme o seu contexto o indica, nada têm a ver com elaborados conceitos de «intuição», desenvolvidos por certas correntes filosóficas (BERGSON, nomeadamente) ou por psicólogos. Devem ser entendidas, muito simplesmente, como significando «interpretações vulgares», «espontâneas», baseadas em noções também elas «vulgares», «espontâneas», de «senso comum». Outro tanto tem de se dizer das expressões «intuição vulgar» e «intuição espontânea», que se encontram adiante, no texto n.º 7, de BACHELARD. *(Nota da tradução.)*

Podemos agora comparar os dois métodos de aproximação do problema. O que parte da concepção intuitiva ensina-nos que quanto maior é a acção maior é a velocidade; deste modo, a velocidade mostra se, sim ou não, forças exteriores actuam sobre um corpo. O novo fio condutor encontrado por GALILEU é diferente: se um corpo não é nem empurrado, nem puxado, nem sofre outra qualquer acção, ou, mais resumidamente, se nenhuma força exterior actua sobre um corpo, ele move-se uniformemente, isto é, sempre à mesma velocidade e ao longo de uma linha recta; sendo assim, a velocidade não mostra, contra o que a concepção intuitiva afirmava, se, sim ou não, forças exteriores actuam sobre um corpo. A conclusão de GALILEU, que é correcta, foi formulada, uma geração mais tarde, por NEWTON, que a designou por *lei da inércia.* É habitualmente a primeira lei física que aprendemos de cor na escola, e muitos dos que a aprenderam se recordam do seu enunciado: qualquer corpo mantém-se indefinidamente no seu estado de repouso ou de movimento uniforme em linha recta, a não ser que seja determinado a mudar de um estado para o outro por forças que actuem sobre ele.

Vimos que esta lei da inércia não pode ser derivada directamente da experiência, mas sòmente pelo pensamento especulativo compatível com a observação. A experiência idealizada jamais pode ser efectivamente realizada, e, no entanto, conduz-nos a um entendimento profundo das experiências reais.

Albert EINSTEIN e Leopold INFELD, *L'Évolution des Idées en Physique,* trad. do inglês, Paris, Flammarion, 1948, pp. 11-13.

Texto n.º 7

O problema da ruptura com os quadros do pensamento vulgar não deixa de se pôr, mesmo nos estádios mais avançados de uma ciência

[...] a tarefa a que se aplica a física contemporânea é a síntese da matéria e da radiação. Esta síntese física pressupõe a síntese metafísica da *coisa* e do *movimento.* Corresponde ao juízo sintético mais difícil de formular, *dado que tal juízo se opõe violentamente aos hábitos analíticos da experiência vulgar,* que divide sem discussão a fenomenologia em dois domínios: o fenómeno estatístico (a coisa), o fenómeno dinâmico (o movimento). Torna-se necessário restituir ao fenómeno todas as suas solidariedades e, antes do mais, romper com o nosso conceito de *repouso:* em microfísica é absurdo supor a matéria em repouso, posto que ela só existe para nós como energia e só nos envia mensagens pela radiação. Que é, pois, uma *coisa* que jamais se pode examinar na imobilidade? Têm, na verdade, de se apreender todos os elementos do cálculo na geminação do lugar e do movimento, por meio da álgebra das duas variáveis *conjugadas,* respeitantes uma ao lugar, a outra à velocidade. Sem dúvida, a união dessas duas

variáveis é ainda guiada pela intuição vulgar[6]; poder-se-ia, portanto, confiar em que se trata apenas de uma composição de duas noções simples. Mas, seguindo o progresso da física matemática neste ponto particular, ficar-se-á menos confiante numa tal simplicidade. Não se tardará a reconhecer que as variáveis conjugadas se apresentam de uma maneira essencialmente indirecta e que o momento cinético *deixa desde então de corresponder à intuição espontânea (de movimento)*. Com efeito, os parâmetros que determinam os fenómenos são extraídos de uma expressão matemática geral. Substitui-se, por conseguinte, a descrição usual e concreta por uma descrição matemática e abstracta. E esta descrição matemática não é clara pelos seus elementos: só o é no seu todo, na sua construção, por uma espécie de consciência do seu valor sintético.

Gaston BACHELARD, *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, P. U. F., 6.ª ed., 1958, pp. 140-141 (tradução adaptada).

Texto n.º 8

Cada ciência efectua a construção do seu próprio objecto, a qual implica um trabalho de abstracção em diversos níveis (o exemplo da psicologia)

Não se pode esperar que o objecto de uma disciplina qualquer possa ser delimitado mediante designação de uma realidade ou de um sector da realidade, porquanto, para que isso fosse possível, seria necessário que a ciência fosse capaz de atingir o concreto na sua totalidade. Ora a ciência só pode, do concreto mutável, atingir uma certa ordem constante; essa ordem — isto é: o seu objecto — é abstracta. Porém, toda a abstracção implica um ponto de vista, a partir do qual precisamente é feita. Definir o objecto de uma ciência equivale, portanto, a determinar um ponto de vista.

Tentemos precisar em que consiste um ponto de vista, apoiando-nos no exemplo da psicologia, uma vez que as dificuldades que a esta se deparam para definir a unidade do seu objecto são particularmente manifestas.

Efectivamente, como será possível agrupar sob uma única definição o objecto da psicanálise, o do behaviorismo, o de certa psicologia fenomenológica, o da «psicologia da forma», o da análise factorial, o da psicologia experimental, o da psicologia clínica, o da «psicologia das obras» de MEYERSON, o da psicologia fisiológica de PIÉRON, etc.? E não pensemos já nas divisões em psicologia da criança, psicologia do adulto, psicologia social, etc., acerca das quais se poderia pretender que são simplesmente ramos de uma mesma ciência. [...]

LAGACHE, em *L'Unité de la Psychologie*, faz notar que a psicologia é «a explicação funcional de condutas compreensíveis», o que implica pressupor, como o behaviorismo, que o psicólogo só pode atingir condutas ou comportamentos, reconhecendo, porém, como o faz a corrente de estudos psicológicos a que LACROZE

[6] Vide a nota da tradução ao texto n.º 6, de EINSTEIN e INFELD.

chama filosófica, que essas condutas só são apreensíveis e observáveis porque são compreensíveis ou significativas. [...]

Simplesmente, as condutas significativas só são compreensíveis do exterior na medida em que são referidas, não à totalidade do ser humano (que nos escapa), mas a uma das suas funções que precisamente elas manifestam. Assim, por exemplo, na psicologia de MEYERSON, o que torna compreensíveis as obras é o elas serem, em última análise, condutas objectivadas e materializadas, que permitem que, a partir delas, se remonte às grandes funções da vida mental. Deste modo, o objecto da psicologia é, sem dúvida, para lá das condutas, a função, e é talvez por isso que CANGUILHEM tem alguma razão quando afirma que o psicólogo considera sempre, em maior ou menor grau, «o homem como um utensílio», mesmo quando se ocupa de actividades ditas superiores: moral ou estética; o que o psicólogo investiga são as condições de aparição de uma obra, e não o seu sentido humano e metafísico.

Podemos, portanto, dizer que as noções de conduta e de função (e, bem entendido, de correlação entre funções) são as noções fundamentais das diferentes disciplinas psicológicas. As condutas são, por assim dizer, os «observáveis» (sobre os quais a psicologia trabalha) e a função é, não apenas o objecto ao qual as condutas são referidas pelos psicólogos, mas o próprio objecto da psicologia, no mesmo sentido em que se pode dizer, numa perspectiva realista, que o átomo e a onda são os objectos da física. As condutas são os factos através dos quais se atingem as funções e as funções explicam ou permitem compreender as condutas. Resta, porém, definir estes termos. [...]

Os sujeitos-objectos (da psicologia) têm evidentemente certas propriedades análogas às dos objectos inanimados: são localizáveis, pesados, individuados, etc. Outras propriedades, pelo contrário, são diferentes, ainda que as construamos da mesma maneira — e é esse o caso do pensamento, da acção. Distinguiremos nelas certas linhas de força, às quais chamaremos precisamente funções. Segundo que princípios faremos, porém, tal distinção? Ora parece-nos que a ideia de função tem origem numa analogia simultâneamente mecânica e orgânica. Orgânica na medida em que resulta duma comparação da actividade do espírito com a do corpo e dos seus órgãos; mecânica e utilitária na medida em que os órgãos do corpo são eles próprios distinguidos uns dos outros pela sua utilidade, comparados a utensílios e mais ou menos explìcitamente assimilados a mecanismos complexos, que se encontram montados para atingir certos objectivos, definidos eles mesmos por referência a objectos úteis. É, por conseguinte, num contexto pragmático, na medida em que se considera o homem como exercendo uma actividade que tem por fim adaptá-lo a uma pluralidade constituída de objectos exteriores, e em relação com esta pluralidade exterior, que a psicologia determina e distingue no próprio homem uma pluralidade de funções.

Jeanne PARAIN-VIAL, *La Nature du Fait dans les Sciences Humaines*, Paris, P. U. F., 1966, pp. 145-148 (extratos com adaptações).

Texto n.º 9

Cada ciência reconstrói sucessivamente o seu objecto, rectificando-se a si mesma e rompendo com as noções vulgares (o exemplo da física)

Tanto quanto era satisfatório e, poder-se-ia dizer, confortável o quadro que a física do século XIX nos tinha proposto para interpretar o universo, assim o é pouco o que a física dos nossos dias nos oferece. [...] As pequenas bolas incindíveis, sob o aspecto das quais gostávamos de representar para nós mesmos os átomos, deram lugar, primeiramente, a minúsculos sistemas solares cujos planetas eram os electrões. Depois tornou-se necessário permitir aos electrões — que, nessa época, não era interdito considerar como grãos materiais, mas cuja massa veio em breve a depender da velocidade, o que já era bastante perturbador — saltarem de uma órbita para outra, a fim de explicar a descontinuidade de energia. Para o exterior emitia um *quantum,* para o interior absorvia outro *quantum.* Admitia-se que pudesse haver oito electrões numa mesma órbita. O núcleo central — o sol —, 1840 vezes mais pesado que o electrão, era portador de uma carga positiva que mantinha os electrões (grãos de electricidade negativa) nas suas órbitas. Este modelo não era decerto perfeito, pois que levantava consideráveis dificuldades de pormenor (por exemplo, a rotação de um electrão numa órbita não podia ser acompanhada por absorção ou emissão de energia, o que não era muito claro); mas os cientistas tinham-se-lhe adaptado. Começavam a esquecer as suas imperfeições e a considerá-lo como um amigo, mau grado a sua complexidade; era quase «concebível», e havia algo de securizante no facto de só existir um elemento último, comum à matéria e à electricidade. Mas, no momento em que se lhe tinham habituado (diria quase: afeiçoado), deram-se conta, assaz brutalmente, de que esse átomo era um impostor, de que jamais o verdadeiro átomo se lhe tinha assemelhado e de que, aliás, nem sequer havia apenas dois elementos, o electrão e o protão, mas três, dos quais um positivo, um sem qualquer carga eléctrica, o neutrão, e que o fotão, *quantum* de luz, é ele mesmo constituído por dois elementos que, embora nunca hajam sido observados, são indiscutíveis por serem indispensáveis aos cálculos: o neutrino e o antineutrino. Além disso, um electrão é sempre único na sua órbita — mas, afinal, nem já se pode falar de órbita. Nem se pode mesmo, a bem dizer, falar de electrão, no sentido em que, anos atrás, o entendíamos, porque o electrão é, ao mesmo tempo, um corpúsculo — talvez desprovido de massa — e uma onda. Rigorosamente falando, ele nem é sequer um corpúsculo: é sòmente a expressão da probabilidade de que as propriedades por nós atribuídas ao electrão se encontrem num certo ponto do espaço. Em termos mais claros, pode-se dizer que o electrão é uma onda de probabilidade. Bem entendido, *as noções correntes de tempo e de*
836 *espaço já não se aplicam a estas entidades,* que evoluem num es-

paço polidimensional não euclidiano: dez electrões movem-se num espaço a trinta dimensões.

Lecomte du NOUY, *L'Homme devant la Science*, Paris, Flammarion, 1947, pp. 265-268.

Texto n.º 10

A verdade, em ciência, como rectificação do saber

[...] o espírito científico é essencialmente uma rectificação do saber, um alargamento dos quadros do conhecimento. Ele julga o seu passado histórico, condenando-o. A sua estrutura é a consciência dos seus erros históricos. Cientìficamente, pensa-se o verdadeiro como rectificação histórica de um longo erro, pensa-se a experiência como rectificação da ilusão vulgar e espontânea. Toda a vida intelectual da ciência joga dialècticamente neste diferencial do conhecimento, na fronteira do desconhecido. A verdadeira essência da reflexão é compreender que não se tinha compreendido.

Gaston BACHELARD, *Le Nouvel Esprit Scientifique*, Paris, P. U. F., 6.ª ed., 1958, pp. 173-174.

Texto n.º 11

Todo o conhecimento é resposta a uma interrogação

Antes do mais, é preciso saber pôr problemas. E, seja o que for que se diga, na vida científica os problemas não se põem por si mesmos. É precisamente este sentido do problema que constitui a marca do verdadeiro espírito científico. Para um espírito científico, todo o conhecimento é uma resposta a uma interrogação, a uma questão. Não havendo interrogação, não pode haver conhecimento científico. Em ciência, nada acontece por si, nada nos é dado, tudo é construído.

De resto, mesmo um conhecimento adquirido através de um esforço científico pode declinar. A interrogação abstracta e franca desgasta-se, enquanto a resposta concreta permanece: quando isto sucede, a actividade intelectual inverte-se e bloqueia-se. [...] Hábitos intelectuais que foram úteis e salutares acabam por se transformar em entraves à investigação. «O nosso espírito», disse justamente BERGSON, «tem uma irresistível tendência para considerar como mais clara a ideia que mais frequentemente lhe serve.» A ideia adquire assim uma clareza intrínseca abusiva. [...] Chega enfim um momento em que o espírito gosta mais do que confirma o seu saber que do que o contradiz, um momento em que tem mais apego às respostas que às questões. Então, o instinto conservativo domina e o crescimento espiritual cessa.

Gaston BACHELARD, *La Formation de l'Esprit Scientifique*, Paris, Vrin, 3.ª ed., pp. 14-15.

Texto n.º 12

O trabalho científico baseia-se em ideias preconcebidas e observações premeditadas

[...] O método experimental, considerado em si mesmo, nada mais é que um *raciocínio* com a ajuda do qual submetemos metòdicamente as nossas ideias à experiência dos *factos*. [...]

[...] uma ideia preconcebida sempre foi, e sempre será, o primeiro movimento de um espírito investigador. [...]

[...] O metafísico, o escolástico e o experimentador procedem todos por uma ideia *a priori*. A diferença consiste em que o escolástico impõe a sua ideia como uma verdade absoluta que encontrou e a partir da qual deduz, sòmente com a ajuda da lógica, todas as consequências. O experimentador é mais modesto, considera a sua ideia, pelo contrário, como uma questão, como uma interpretação antecipada da natureza, mais ou menos provável, donde deduz lògicamente consequências que confronta, a cada instante, com a realidade, por meio da experiência. [...]

A ideia experimental é também, portanto, uma ideia *a priori*, mas é uma ideia que se apresenta sob a forma de uma hipótese cujas consequências devem estar submetidas ao critério experimental, a fim de se poder ajuizar do seu valor. [...]

[...] O experimentador não deve apegar-se à sua ideia senão como a um meio de solicitar uma resposta da natureza. Deve *submeter-lhe* a ideia e estar pronto para a abandonar, modificar ou transformar, segundo o que a observação dos fenómenos que provocou lhe tiver mostrado.

Há, assim, duas operações a considerar numa experiência. A primeira consiste em *premeditar* e realizar as condições da experiência; a segunda, em verificar-lhe os resultados. Não é possível instituir uma experiência sem ideia preconcebida; instituir uma experiência, já dissemos, é fazer uma pergunta; nunca se concebe uma pergunta sem a ideia que solicita a resposta. Considero, pois, em princípio absoluto, que a experiência deve ser sempre instituída em função de uma ideia preconcebida, pouco importando que esta seja mais ou menos vaga, mais ou menos definida. Quanto à verificação dos resultados da experiência, que não é senão uma observação provocada, ponho igualmente como princípio que deve ser realizada como qualquer observação, quer dizer, sem ideia preconcebida. [...]

Os que condenaram o emprego das hipóteses e das ideias preconcebidas no método experimental erraram ao confundir a invenção da experiência com a constatação dos seus resultados. É correcto dizer ser necessário constatar os resultados da experiência com um espírito despojado de hipóteses e de ideias preconcebidas. Mas não é possível proscrever o uso das hipóteses e das ideias quando se trata de instituir a experiência ou de imaginar meios de observação. Deve-se, pelo contrário, dar livre curso
838 à imaginação; é a ideia que é o princípio de todo o raciocínio e

de toda a invenção, é a ela que pertence toda a iniciativa. Não se poderia abafá-la, nem expulsá-la, com o pretexto de que pode ser prejudicial; não há senão que regulá-la e fornecer-lhe um critério, o que é bem diferente.

[...] a ideia em virtude da qual a experiência é instituída pode estar mais ou menos bem definida, segundo a natureza do assunto investigado e o estado de adiantamento da ciência no seio da qual se experimenta. Efectivamente, a ideia directriz da experiência deve incluir tudo o que já se conhece sobre o assunto, a fim de guiar mais seguramente a pesquisa para os problemas cuja solução pode ser fecunda para o avanço da ciência. Nas ciências já constituídas, como a física e a química, a ideia experimental deduz-se como uma consequência lógica das teorias reinantes e está submetida, num sentido bem definido, ao *contrôle* da experiência; mas, quando se trata de uma ciência na infância, como a medicina, onde existem questões complexas ou obscuras ainda não estudadas, a ideia experimental nem sempre surge com clareza de um assunto tão vago. Que é preciso então fazer? Abstermo-nos e esperar que as observações, apresentando-se por si mesmas, nos forneçam ideias mais claras? Frequentemente, teríamos de esperar muito tempo e até mesmo em vão; ganha-se sempre em experimentar. Porém, nestes casos, só nos poderemos guiar por uma espécie de intuição, segundo as probabilidades de que nos aperceberemos; e se o assunto está ainda completamente obscuro e inexplorado, o fisiologista não deverá sequer recear agir até um pouco ao acaso, a fim de tentar, seja-me permitido o emprego de uma expressão corriqueira, pescar em águas turvas. O que significa que pode ter a esperança de, entre as perturbações funcionais que produzir, ver surgir algum fenómeno imprevisto que lhe dê uma ideia acerca da direcção a imprimir às suas pesquisas. Estas espécies de experiências de tacteio, que são extremamente frequentes em fisiologia, em patologia, em terapêutica, por causa do estado complexo e atrasado destas ciências, poderiam ser chamadas *experiências para ver,* porque são destinadas a fazer surgir uma primeira observação imprevista e antecipadamente indeterminada, mas cujo aparecimento poderá *sugerir uma ideia experimental* e abrir uma via de pesquisa.

Como se vê, há casos em que se experimenta sem pròpriamente se ter uma ideia provável para verificar. No entanto, a experimentação, nestes casos, nem por isso se destina menos a provocar uma observação; mas provoca-a com o objectivo de encontrar nela uma ideia que lhe indicará o caminho a seguir, ulteriormente, na investigação. Pode-se dizer que uma experiência desta natureza é uma *observação provocada com o objectivo de fazer nascer uma ideia.* [...]

Dissemos anteriormente que o raciocínio experimental se exerce sobre fenómenos observados, quer dizer, sobre observações; mas, na realidade, só se aplica às ideias que o aspecto de tais fenómenos despertou no nosso espírito. O princípio do raciocínio experimental será sempre, portanto, uma ideia que se torna necessário

introduzir no raciocínio experimental para a submeter ao critério dos factos, ou seja, a experiência.

Claude BERNARD, *Introduction à l'Étude de la Médecine Expérimentale* (1.ª ed., 1865); trad. portuguesa: *Introdução à Medicina Experimental,* Lisboa, Guimarães Edit., 1959, pp. 13, 41-43, 46-47, 51-52, 76 (texto revisto, de acordo com o original francês, para este caderno).

Texto n.º 13

É a teoria que, pelas suas interrogações, torna acessíveis à análise científica os objectos (o exemplo da biologia)

Aquilo que talvez mais profundamente transformou o estudo dos seres vivos foi o acesso à análise de objectos novos. Mas nem sempre como consequência do aparecimento de uma nova técnica que tenha vindo aumentar o equipamento sensorial. Antes como resultado de uma mudança na maneira de olhar o organismo, *de o interrogar,* de formular as perguntas a que a observação deve responder. Muito frequentemente, com efeito, tratou-se de uma simples mudança de «iluminação» que fez desaparecer um obstáculo, que fez emergir da sombra algum aspecto de um objecto, uma dada relação até aí invisível. Não foi um instrumento inédito que permitiu sùbitamente, em fins do século XVIII, comparar a pata do cavalo e a perna do homem e encontrar analogias de estrutura e de funcão. Entre a mão de FERNEL, que criou a palavra *fisiologia,* e a de HARVEY, que tornou a circulação do sangue acessível à experimentação, o escalpelo não mudou, nem de forma, nem de possibilidades. Entre aqueles que, ao longo do século XIX, se interessaram pela hereditariedade e MENDEL nada mais existe que uma leve diferença na escolha dos objectos de experiência, naquilo a que se presta atenção e sobretudo naquilo que se despreza. E, se a obra de MENDEL permaneceu ignorada durante mais de trinta anos, foi porque nem os biólogos de profissão, nem os criadores de gado, nem os horticultores estavam ainda em posição de adoptar a sua atitude. «Aqueles que procuram Deus encontram-no», dizia PASCAL. Mas nunca se encontra senão o Deus que se procura.

Mesmo quando um instrumento vem sùbitamente aumentar o poder de determinação dos sentidos, ele representa sempre a aplicação prática de uma concepção abstracta. O microscópio é a reutilização das teorias físicas sobre a luz. E não basta «ver» um corpo até aí invisível para o transformar em objecto de análise. Quando LEEUWENHOEK contempla pela primeira vez uma gota de água através de um microscópio, encontra nela um mundo desconhecido: formas que fervilham; seres que vivem; toda uma fauna imprevisível que o instrumento, de um momento para o outro, torna acessível à observação. Mas o pensamento de então não sabe
840 que fazer de todo esse mundo. Não tem qualquer emprego a dar a

esses seres microscópicos, nenhuma relação para os ligar ao resto do mundo vivo. Essa descoberta permite apenas alimentar conversas. Que seres assim tão pequenos que a vista não consegue distinguir pudessem viver, nadar, agitar-se, era, primeiro que tudo, algo que maravilhava toda a gente, algo que, caso ainda fosse necessário, demonstrava o poder e a generosidade da natureza. Além disso, era assunto de distracção para as salas de aula e para os salões que se dedicavam à ciência como divertimento. Finalmente, era tópico de escândalo para quem, como BUFFON, via nesses seres microscópicos uma espécie de ultraje a todo o mundo vivo. Que uma gota de água pudesse assim conter milhares de corpos vivos era um insulto a todos os seres e sobretudo ao mais nobre dentre eles. Quando, ao mesmo tempo, Robert HOOKE observa um pedaço de cortiça ao microscópio, descobre aí uma espécie de alvéolos, aos quais chama células. MALPIGHI e outros encontram figuras semelhantes nos cortes de certos parênquimas vegetais. Mas não estavam aptos a tirar a mínima conclusão acerca da constituição das plantas. No final do século XVII, aquilo de que se tratava era de analisar a estrutura visível dos seres vivos, e não de os decompor em subunidades. O único campo em que o pensamento estava apto a acolher as revelações do microscópio era o da geração. Os acontecimentos que acompanhavam a união das sementes e o desenvolvimento do ovo tinham, até aí, permanecido ocultos por falta de equipamento sensorial suficiente. Deste modo, quando LEEUWENHOEK e HARTSOEKER distinguem, no líquido espermático dos mais variados animais machos, «animálculos» que nadam febrilmente, estes encontram imediatamente um emprego. Não o bom, no entanto, pois que durante muito tempo se procura, sobretudo, quer fazer desses animálculos os únicos artífices da geração, quer, pelo contrário, reduzir o seu papel ao de meros comparsas. Para que um objecto se torne acessível à análise não basta apercebê-lo. É necessário que uma teoria esteja apta a acolhê-lo. Na permuta entre a teoria e a experiência é sempre a primeira que inicia o diálogo. *É ela que determina a forma da pergunta, e portanto os limites da resposta.* «O acaso só favorece os espíritos preparados», dizia PASTEUR. O acaso, aqui, significa que a observação foi feita por acidente, e não com o fito de verificar uma teoria. Mas a teoria, apta a interpretar o acidente, já lá estava.

François JACOB, *La Logique du Vivant. Une Histoire de l'Hérédité,* Paris, Gallimard, 1970, pp. 22-24 (tradução portuguesa, revista para este caderno: *A Lógica da Vida,* Lisboa, Dom Quixote, 1971, pp. 28-30).

III

TEXTOS DE APLICAÇÃO [7]

Texto A

Os inquéritos e as análises estatísticas, instrumentos da ruptura com as «evidências» de senso comum e ideológicas, condição necessária para a construção de explicações científicas

[A «familiaridade» do social dá origem — já o sabemos — a que o senso comum e as ideologias não encontrem dificuldades para estabelecer quais são os «factos sociais» e para os explicar com argumentos que se auto-apresentam como «evidentes». Os inquéritos e a análise estatística dos dados que através deles se obtém *podem* desempenhar um papel de grande relevo no processo de ruptura com essas «evidências», quer acerca dos próprios «factos» — mediante a constatação de que os «factos» sobre os quais o trabalho científico se terá de exercer são outros ou diferentes dos que o senso comum e as ideologias apresentam como «evidentes» —, quer acerca das «explicações» que, ao nível do senso comum ou da ideologia, igualmente se autodefinem em termos de «evidência». No entanto, seria ilusório supor — como se verá nos textos B, C e D — que o exacto significado dos «dados estatísticos» fica imediatamente determinado pela pura e simples constatação de «resultados estatísticos».]

As ciências sociais e as ciências da natureza têm por objectivo comum descobrir regularidades e determinar critérios de significação. Verificam-se, no entanto, diferenças essenciais entre os dois campos de investigação. O mundo dos acontecimentos sociais é muito menos «visível» que o universo da natureza. A queda dos corpos, o quente e o frio, o ferro que enferruja, são coisas imediatamente evidentes. É muito mais difícil darmo-nos conta de que as ideias sobre o bem e o mal variam de cultura para cultura; que os costumes podem ter uma função diferente da que lhes atribuem as pessoas que os praticam; que os comportamentos de uma mesma pessoa podem ser muito diferentes no seu grupo familiar e num grupo profissional a que pertença. Já a simples descrição do comportamento humano, das suas variações de grupo para grupo e das suas mudanças consoante as situações, constitui um vasto e difícil empreendimento. Esta tarefa — que consiste em descrever, seleccionar e descobrir correlações —, são os inquérios que permitem levá-la a cabo. Todavia, ela própria conduz, frequentemente, a deploráveis mal-entendidos. Com efeito, é difícil descobrir uma forma de comportamento humano que não tenha sido já anteriormente observada. Por isso mesmo, quando, através de um inquérito, se verifica uma regularidade dominante (de certo

[7] Sendo cinco os textos de aplicação, a própria prática pedagógica das diferentes turmas indicará se será mais vantajoso trabalhar sucessivamente sobre todos os textos ou apenas sobre alguns.

comportamento), muitos leitores reagem dizendo que «tudo isso era evidente». Aparece assim, com muita frequência, a ideia de que os inquéritos apenas exprimem, dum modo complicado, observações que já eram evidentes para toda a gente.

O leitor poderá tomar mais fàcilmente consciência desta atitude se tiver presentes algumas proposições que respondem a perguntas que muitos inquéritos formulam e se, ao lê-las, observar atentamente as suas próprias reacções. Apresento seguidamente uma curta lista de proposições deste género, fazendo-as acompanhar de breves comentários, para melhor evidenciar as reacções prováveis de numerosos leitores:

1.ª Os indivíduos com um nível de instrução elevado apresentam mais sintomas psiconeuróticos que aqueles cujo nível de instrução é baixo. (É um facto frequentemente comentado a instabilidade mental do «intelectual», contrastante com a psicologia menos sensível do «homem da rua».)

2.ª Durante o serviço militar, os rurais mantêm geralmente um melhor «moral» — no sentido de «o moral das tropas» — que os citadinos. (Bem vistas as coisas, estão efectivamente habituados a uma vida mais dura.)

3.ª Os soldados originários do Sul dos Estados Unidos suportam melhor o clima quente das ilhas do Pacífico do que os soldados do Norte. (Evidentemente, os habitantes do Sul estão mais habituados ao calor.)

4.ª Os soldados rasos de raça branca têm mais aspirações a chegar a cabos ou sargentos que os soldados de raça negra. (Como não havia de ser assim, se a falta de ambição dos Negros é quase proverbial?)

5.ª Os negros do Sul preferem os oficiais brancos do Sul aos do Norte. (Não é do conhecimento geral que os brancos do Sul têm uma atitude mais paternal para com os seus *darkies?*)

6.ª Os soldados americanos, na segunda guerra mundial, mostravam-se mais impacientes por serem repatriados enquanto se combatia que após a rendição alemã. (Não se pode estranhar que as pessoas não tenham vontade de se deixar matar.)

Eis alguns exemplos de correlações do tipo mais simples que constituem as «pedras» com que se constrói uma sociologia empírica. Mas, se elas são tão evidentes, porque gastar tanto dinheiro e energia para chegar a tais descobertas? Não seria mais sensato considerá-las como dados e passar imediatamente a um tipo de análise mais elaborado?

Isto seria possível se não houvesse que notar um pormenor interessante a respeito da lista apresentada. É que *cada uma das proposições que dela constam enuncia exactamente o contrário dos resultados realmente obtidos em inquéritos.* Na verdade, os inquéritos efectuados levaram a concluir que os soldados de baixo nível de instrução estavam mais sujeitos a neuroses que os de nível de instrução elevado, que os habitantes do Sul não se adaptavam mais fàcilmente ao clima tropical que os habitantes do Norte, que os negros eram mais ávidos de promoção que os brancos, etc.

Simplesmente, se tivéssemos mencionado de início os resultados reais desses inquéritos, o leitor tê-los-ia igualmente qualifi-

cado de «evidentes». Asssim, o que é evidente é que há qualquer coisa que não funciona bem em todo este raciocínio (espontâneo) sobre a «evidência». Seria, realmente, necessário voltá-lo do avesso, dado que, como se vê, qualquer espécie de comportamento humano é afinal concebível como «evidente», é da maior importância saber que comportamentos se produzem, de facto, mais frequentemente e em que condições se verificam. Só então a ciência social poderá avançar.

Paul F. LAZARSFELD, «The American Soldier: an Expository Review», in *The Public Opinion Quarterly*, XIII (3), 1949, pp. 378-380.

Texto B

O significado dos «dados» estatísticos depende dos quadros conceptuais construtivos através dos quais são «captados»

[Utilizando os «dados» respeitantes à composição por profissões da população activa da Grã-Bretanha em 1955, «dados» que constam do recenseamento geral da população dessa data, G. H. COLE procurou traçar o perfil da estrutura de classes do referido país naquele ano. Com efeito, nenhuma indicação parece mais adequada para situar os indivíduos e os grupos na estrutura das relações de produção e, por conseguinte, na das classes sociais do que a das respectivas profissões. No entanto, ao autor depararam-se dificuldades que, como o texto seguinte o revela, decorrem da forma como os «dados» foram «captados», ou seja, dos quadros conceptuais utilizados na sua «construção».]

O nosso estudo deixou na sombra as importantes questões teóricas que levanta todo o esforço que se faça para religar as noções de profissão e de classe social. Em certos casos, a profissão do indivíduo indica claramente a sua posição na estrutura de classes; por exemplo: operário agrícola, carregador, mecânico de locomotiva, fiandeiro, tipógrafo, estivador, vendedor de comércio, empregado bancário, professor universitário, perito-contabilista, director de mina, carteiro, rebitador, bispo, juiz de paz, almirante, varredor de ruas, parteira.

Mesmo no interior destes grupos profissionais há diferenças de estatuto, assim como de rendimento, mas, utilizando aquelas designações, damos pelo menos uma indicação geral respeitante à classe social, ao mesmo tempo que à profissão. Todavia, muitas designações profissionais não proporcionam qualquer indicação clara concernente à classe social. É o que sucede, não apenas quando não são suficientemente específicas — por exemplo: quadro, operário ou empregado, sem qualquer outra referência —, mas também quando um certo termo é correntemente utilizado em diversos sentidos diferentes ou quando uma profissão se estende sobre várias classes sociais e não pode ser satisfatòriamente decomposta com a ajuda de qualificativos que a precisem, de modo a distinguir nela subgrupos.

«Padeiro», «talhante» ou «alfaiate» podem designar, quer um comerciante, quer um operário assalariado que efectua um trabalho manual; *engineer* pode designar, quer um quadro intelectual formado numa das grandes escolas de Engenharia — engenheiros civis, engenheiros mecânicos, etc. —, quer um mecânico qualificado trabalhando com metais.

O outro tipo de dificuldades — o que se refere a uma profissão cujos membros podem pertencer a classes sociais muito diferentes — pode ser ilustrado com numerosos exemplos. O chefe de estação de um grande entroncamento ferroviário e o de uma pequena estação de caminho-de-ferro situada num meio rural não podem ser colocados na mesma classe social; outro tanto sucede com os comerciantes em geral (ou com os comerciantes de mercearias os comerciantes de tecidos, os comerciantes de tabacos) e com os agricultores, os jornalistas, os artistas, os membros do ensino. Corretor, representante e director de fábrica são outros casos de profissões muito variáveis que é difícil decompor em grupos correspondentes a classes sociais.

G. D. COLE, «La structure de classes de la Grande-Bretagne em 1951», in *Cahiers Internationaux de Sociologie,* XVI, Paris, 1954, pp. 114-115.

Texto C

O que os «dados» estatísticos nos dizem depende das interrogações a que os submetemos e das operações que sobre eles efectuamos

[É corrente dizer-se que os «dados» estatísticos «falam por si mesmos» — afirmação errónea que, decerto, o texto B já permitiu rectificar quanto a um primeiro aspecto, aliás primordial. Mostrou, com efeito, que aquilo que os «dados» nos dizem depende do modo como procedemos para os «captar», isto é, do modo como os «construímos». Em rigor, todas as técnicas de recolha de «dados» de que dispomos, quer nas ciências da natureza, quer nas ciências sociais, são procedimentos de que nos podemos servir para conseguir que a realidade «nos fale», «nos diga» — mas através dos nossos próprios conceitos e operações — *algo que responda às nossas interrogações.* Assim, os «dados» — ou os «captados», conforme LAING gostaria que disséssemos — são efectivamente *respostas* a questões nossas, a perguntas que nós formulamos. Porém, essas respostas — esses «dados» —, uma vez obtidas, podem, e devem, ser, por sua vez, objecto de *novas interrogações.* Em primeiro lugar, porque os mesmos «dados», quando submetidos a interrogações diferentes, podem ser levados a «falar-nos» de maneiras também diferentes, podem ser conduzidos a «dizer-nos» coisas muito distintas. E é assim que, por exemplo, no caso do texto B, os mesmos «dados» podem responder, quer à pergunta de economista: «qual é a composição por grandes categorias profissionais da população activa?», quer à pergunta de sociólogo: «qual é a estrutura de classes da sociedade?» Em segundo lugar, porque — consoante este texto C no-lo vai mostrar, ainda que em nível de grande elementaridade, que nem por isso deixará de requerer algum esforço de reflexão — a aceitação não interrogada do que os «dados» *parecem* frequentemente dizer-

-nos faz correr o risco de acolher, como certas, «respostas» erradas, que, no entanto, interrogando de novo os «dados» e sujeitando-os portanto a novas operações, poderíamos rectificar. Em suma, os dados estatísticos — ou outros — não falam por si mesmos: *nós é que os fazemos falar.*]

Examinemos a comparação da idade com o facto de escutar música clássica, efectuada no quadro n.º 1, proveniente de um estudo de Paul F. LAZARSFELD intitulado *Radio and the Printed Page:*

Percentagem de indivíduos que ouvem música clássica, segundo a idade

QUADRO N.º 1

Idades	Menos de 40 anos	40 anos ou mais
(Número de casos)	(603)	(676)
Ouvem música clássica ...	64 %	64 %

Fonte: Paul F. LAZARSFELD, *Radio and the Printed Page,* Nova Iorque, Duell, Sloan & Pearce, 1940, p. 98.

Em contrário do que correntemente se supõe, não se verifica neste quadro qualquer correlação entre a idade e o facto de ouvir música clássica. Incluamos, porém, na análise o nível educativo dos indivíduos como factor adicional. Obtém-se então o quadro n.º 2:

Percentagens de indivíduos que ouvem música clássica, segundo a idade e o nível educacional

QUADRO N.º 2

Nível educacional e idade	Nível educacional baixo		Nível educacional elevado	
	Menos de 40 anos	40 anos ou mais	Menos de 40 anos	40 anos ou mais
(Número de casos)	(224)	(251)	(379)	(425)
Ouvem música clássica ...	73 %	78 %	61 %	56 %

Fonte: vd. a do quadro n.º 1.

A inclusão do nível educativo como factor adicional revela-nos que existe, efectivamente, uma certa correlação entre a idade e o facto de escutar música clássica. Os indivíduos com um nível educacional elevado ouvem tanto mais frequentemente música clássica quanto mais avançada é a sua idade (78 % contra 73 %); mas sucede precisamente o contrário com os indivíduos de nível educacional baixo: ouvem mais frequentemente música clássica os mais jovens (61 % contra 56 %). Se, não considerando o seu

nível educacional, agrupamos os indivíduos apenas segundo as suas idades, essas duas tendências compensam-se recìprocamente no conjunto, reduzindo a zero a diferença total, o que é precisamente o que transparece no quadro n.º 1.

Encontramos uma situação análoga no quadro n.º 3, extraído de um estudo efectuado por Hadley CANTRIL com base nos dados respeitantes aos votos eleitorais — pró ou anti-isolacionistas — recolhidos e publicados, por ocasião da segunda guerra mundial, pelo Instituto Norte-Americano da Opinião Pública:

Percentagens de «isolacionistas», segundo os diferentes níveis de rendimento e as idades (Junho-Julho, 1940)

QUADRO N.º 3

Idades	Total	Níveis de rendimento		
		Superior	Médio	Inferior
Menos de 30 anos	26 %	30 %	28 %	22 %
30 a 49 anos	24 %	21 %	23 %	26 %
50 anos ou mais	26 %	17 %	23 %	34 %

Fonte: Hadley CANTRIL, *Gauging Public Opinion,* Princeton, N. Y., Princeton University Press, 1944, p. 178.

A julgar pela coluna do total, poderia concluir-se pela inexistência de qualquer relação da idade com o facto de ser isolacionista: com efeito, as percentagens variam ùnicamene de maneira insignificante (26 %, 24 %, 26 %). No entanto, examinando separadamente, para cada um dos três níveis de rendimento considerados, a relação da idade com o isolacionismo, surge uma conclusão diferente. Na categoria de rendimentos superior, os jovens aparecem muito mais frequentemente isolacionistas que os indivíduos de idade avançada (30 % contra 17 %); na categoria de rendimentos inferior verifica-se exactamente o contrário (22 % contra 34 %). Estas duas tendências compensam-se mùtuamente na coluna do total, produzindo assim um falso tipo de ausência de correlação.

Hans ZEIZEL, *Say it with Figures,* Nova Iorque-Londres, Harper & Row, 5.ª ed., 1968, pp. 123-126 (versão muito adaptada para este caderno).

Texto D

A correcta determinação do significado dos «dados» estatísticos pressupõe conhecimento do contexto social de onde foram «captados»

[Nas ciências sociais recorre-se muito frequentemente a análises comparativas internacionais, que utilizam «dados» estatísticos referentes a múltiplos países. Este procedimento tem-se revelado muito fecundo e não há qualquer motivo que

obrigue a pô-lo em causa enquanto tal. Sucede, e é geralmente reconhecido pelos especialistas, que em muitos casos as comparações possíveis se têm de considerar assaz grosseiras, devido nomeadamente a diferenças entre os quadros conceptuais utilizados, nos diversos países, para a sua «construção». Noutros casos, porém, as comparações podem ser, não apenas grosseiras, mas *enganosas,* porque os «dados» disponíveis, apesar de formalmente análogos e portanto formalmente comparáveis, se revestem de significados muito distintos, que resultam de serem igualmente muito distintos os contextos sociais — as sociedades, digamos — a que se referem. O texto seguinte mostra precisamente, e é este o ponto que aqui interessa focar, que a correcta determinação do significado dos «dados» estatísticos pressupõe conhecimento do contexto social de onde foram «captados».]

[...] o pensamento tecnocrático, baseando-se numa representação unívoca das fases e do sentido das transformações sociais — representação que supõe extraída da própria realidade —, consegue desse modo dotar-se de um meio para, de maneira também unívoca, hierarquizar as diferentes sociedades segundo o seu grau de desenvolvimento. Desta forma, fica inteiramente excluído, como se estivesse resolvido, o problema das condições e dos limites da comparabilidade de sociedades distintas, uma vez que, reduzidas por postulado as diferenças entre sociedades a meras desigualdades de desenvolvimento, se dispõe automàticamente de um padrão universal para efectuar comparações. Um método como este destrói, porém, o próprio objecto da comparação na sua significação cultural e na sua especificidade sociológica, porquanto a comparabilidade só é assim obtida à custa de uma mutilação das realidades comparadas.

[Seguidamente, os autores referem-se à circunstância de os estudos comparativos internacionais sobre desenvolvimento terem conduzido à realização de análises comparativas da «racionalidade» dos sistemas educacionais dos diversos países, por se partir da hipótese de que existe uma relação global entre o desenvolvimento do sistema económico e o grau de «racionalidade» do sistema educacional. E fazem notar que essa «racionalidade» é definida tomando por modelo um sistema de educação que corresponderia, em condições óptimas de quantidade e qualidade e ao menor custo, à composição da procura efectiva de educação proveniente do sistema económico. Examinam então alguns dos indicadores mais frequentemente utilizados da «racionalidade» assim definida.]

Um indicador estatístico aparentemente tão unívoco como a percentagem (por exemplo, no conjunto da população activa) de diplomados de cada nível em cada ramo do ensino não pode ser correctamente interpretado (quando se efectuam comparações entre países) dentro da lógica puramente formal das equivalências jurídicas internacionais dos diplomas. Com efeito, o rendimento económico e social dos diferentes diplomas depende da sua relativa escassez (ou abundância) na respectiva sociedade, bem como da posição e do peso relativo conferidos por esta última a
 cada subcategoria de diplomados. Assim, nos países onde a taxa

de analfabetismo é muito elevada, o simples facto de se saber ler e escrever e, por maioria de razão, o ter obtido um diploma de estudos primários bastam, só por si, para assegurar uma vantagem decisiva na competição profissional. Quanto a este ponto, a Argélia constitui, confrontada com a França, um exemplo privilegiado, devido à equivalência formal, do ponto de vista jurídico dos correspondentes sistemas e diplomas universitários. Naquele país, onde 57 % dos indivíduos não dispõem de qualquer diploma de ensino geral (estudos primários) e 98 % de nenhum diploma de ensino técnico, a posse de um C. A. P. ou de um C. E. P. [8] proporciona uma extraordinária vantagem na competição económica: uma diferença de nível ínfimo — como, por exemplo, a que separa um indivíduo que sabe ler de um outro que sabe ler e escrever —, diferença que pode resultar de apenas mais um ano de escolarização, determina uma diferença extraordinàriamente maior no que se refere às oportunidades individuais de êxito social. Resultam daqui diversas consequências: em primeiro lugar, as barreiras criadas pelas diferenças de instrução são muito mais fortemente demarcadas que nas nossas sociedades (isto é, digamos, em França), sobretudo no sector das actividades modernas, onde, por aquele motivo, a progressão na hierarquia sòmente se opera por «saltos»; em segundo lugar, os indivíduos portadores de um diploma de ensino técnico em geral e, mais amplamente, os trabalhadores qualificados e altamente qualificados beneficiam de um privilégio incomparável: de um só golpe, são arrancados à massa dos desprovidos de toda e qualquer qualificação e, visto não sofrerem concorrência, dispõem de todo um conjunto de garantias, seguranças e vantagens. Os principais beneficiários deste mecanismo, através do qual uma parte diminuta da população é «separada» da grande massa, são evidentemente os indivíduos possuidores de diplomas: em razão do seu pequeno número, não se lhes deparam dificuldades para ocupar todas as funções «nobres», especialmente os empregos administrativos, e o prestígio ligado a essas funções vem duplicar o que a sociedade onde vivem concede tradicionalmente aos «letrados». O estilo de vida e a própria existência desta *sub-inteligentzia* de pequenos burocratas, funcionários ou empregados, que adopta os sinais exteriores do intelectualismo e se serve frequentemente da sua competência como de uma técnica carismática, pressupõe uma sociedade entregue ao analfabetismo e mal informada acerca do *cursus* escolar e das hierarquias que lhe estão associadas. Vê-se neste exemplo o que a comparação abstracta dos «produtos» dos sistemas educacionais de sociedades diferentes tem de fictício: esquecer o contexto social basta para tornar iguais coisas desiguais e desiguais coisas iguais.

Similarmente, levando em conta não só que as sociedades tradicionais excluem geralmente as mulheres da escolaridade, mas, outrossim, que a utilização de todas as capacidades intelectuais

[8] C. A. P. = Certificat d'Aptitude Professionnelle (diploma que sanciona uma formação de três anos obtida, após os estudos primários, num *collège d'enseignement technique*, análogo às escolas técnicas portuguesas). C. E. P. = = Certificat d'Études Primaires. *(Nota da tradução.)*

(e, portanto, também das femininas) é necessária ao desenvolvimento, e bem assim que a entrada das mulheres nas profissões masculinas é uma das principais transformações sociais que acompanham a industrialização, pode-se ser tentado a utilizar a taxa de feminização das universidades (percentagem de mulheres no total da população estudantil universitária) como um indicador global da «racionalidade» e do desenvolvimento do sistema educacional. Na realidade, porém, a carreira escolar que as nações mais ricas proporcionam às raparidas é, frequentemente, apenas uma variante mais cara e luxuosa da educação tradicional: os exemplos da França e da Itália, cujas populações estudantis universitárias se apresentam fortemente feminizadas, mostram que uma percentagem muito elevada de raparigas entre os estudantes nos não deve iludir: as percentagens de estudos inacabados e de vocações mal definidas são muito maiores entre as alunas do que entre os alunos das universidades; além disso, e em termos mais gerais, são numerosas as alunas acerca das quais se apercebe, de múltiplas maneiras, que não acreditam no seu futuro profissional. Por outro lado, é evidente que uma baixa taxa de feminização num país mulçumano, cuja tradição excluía radicalmente dos estudos as mulheres, pode recobrir uma alteração cultural muito mais importante que uma taxa significativamente mais elevada num país como a Itália, onde a escolaridade feminina, nada tendo de revolucionário, se pode estender largamente, sem todavia implicar uma transformação do papel tradicional da mulher. [...]

Outro exemplo: quando se mede o rendimento do sistema educacional utilizando o indicador aparentemente mais específico que é a «taxa de desperdício» — indicador que se define como a percentagem dos estudantes que, relativamente ao total dos que em dado ano se matricularam pela primeira vez, não vêm a obter o diploma com vista ao qual se inscreveram —, não se deve ignorar que a significação dessa taxa depende do contexto pedagógico e institucional, assim como das funções que a sociedade global confere ao sistema educacional. Não basta, por exemplo, contrapor a elevada taxa de desperdício das universidades francesas (40 %) à fraca taxa de desperdício das universidades inglesas (14 %) e invocar o desigual rigor da selecção à entrada nas universidades nos dois países; com efeito, apesar de ter, como o inglês, uma selecção à entrada, o sistema americano tem, como o francês, uma taxa de desperdício de 40 %, o que se explica como resultante global dos diferentes rendimentos escolares de numerosas universidades desigualmente selectivas e fortemente diversificadas. Por outro lado, o diploma não constitui, só por si, um critério adequado para avaliar a rentabilidade social dos estudos: um sistema muito aberto, como o francês, que apenas leva 60 % dos estudantes a concluir os estudos começados, não tem forçosamente um rendimento social inferior ao de um sistema muito fechado, como o inglês, que decerto leva a terminar os seus estudos quase todos os estudantes nele admitidos, mas que, em contrapartida, impede radicalmente aos alunos recusados o acesso a essa quase escolaridade superior (frequentar cursos superiores, sem, no entanto, os

concluir) que é característica dos sistemas mais abertos. [...] Ora, desde a segunda guerra mundial, os empregos em que justamente podem encontrar ocupação os «semidiplomados» ex-universitários têm-se multiplicado, devido ao crescimento do sector terciário nos países industrializados.

Pierre BOURDIEU e Jean-Claude PASSERON, «La comparabilité des systèmes d'enseignement», no vol. organizado por Robert CASTEL e Jean-Claude PASSERON, *Éducation, Développement et Démocratie,* Paris, Mouton, 1967, pp. 22-27 (versão adaptada).

Texto E

A interrogação fecunda da realidade, com vista à sua explicação, exige a construção de esquemas teóricos

[Discorre-se hoje muito acerca *da* «juventude», não raramente atribuindo ao que se designa por «a juventude de hoje» características idênticas ou muito semelhantes às de uma «juventude de todos os tempos». Por vezes, pelo contrário, afirma-se que «a juventude de hoje» é muito diferente da «dos outros tempos». Não é possível a análise sociológica das atitudes, comportamentos, grupos e movimentos sociais juvenis sem prèviamente romper com o pressuposto ideológico fundamental de tais «discursos»: o pressuposto de que, em cada sociedade, em cada momento histórico, a juventude *é só uma.* Visando desmontar esta noção ideológica de «juventude», a análise sociológica tem precisamente de proceder a partir do reconhecimento de que a diferenciação da estrutura social em distintas classes, fracções de classe, estratos, meios sociais — por exemplo: «meios urbanos», «meios rurais», «meios universitários», etc. — implica profundas *clivagens sociais* nas categorias demográficas jovens, conduzindo à formação e existência simultâneas de *múltiplas juventudes,* cujas características se revelam muito diversas e frequentemente contraditórias. Mas a ruptura com a ideologia é apenas o primeiro passo para que a análise sociológica se torne possível. Não basta, com efeito, identificar diferentes tipos de juventude: «*jeunesse dorée*», «juventude intelectual revolucionária», «juventude camponesa tradicional», «juventude delinquente de bairros ricos», «juventude delinquente de bairros pobres», etc. É indispensável que, para cada um desses tipos de juventude, se «construam», inicialmente a título de *hipóteses,* esquemas *teóricos* que, relacionando as suas características com as dos respectivos contextos sociais, aventem explicações lógicas das primeiras em função das segundas. E será a partir de tais esquemas que depois se farão à realidade as «interrogações» destinadas a verificar se essas «explicações» *resistem ou não* à «prova dos factos». No texto seguinte, cujo carácter embrionário se sublinha, tenta-se exactamente *esboçar* — insista-se em que se trata apenas de esboçar — um esquema dessa natureza referente à *jeunesse dorée,* denominando-o de «modelo empírico» porque na sua construção se recorreu muito mais a «informações empíricas», recolhidas através de observação directa, do que a conceitos e quadros teóricos decorrentes de uma prévia teoria sociológica geral.]

O alto padrão de vida e o elevado nível de despesa que a *jeunesse dorée* revela não parecem deixar dúvidas acerca da sua

filiação social. Trata-se, manifestamente, de uma juventude enquadrada *nas mais elevadas fracções de classe* da sociedade. Dispomos, assim, de uma primeira referência para a situar sociològicamente. A partir desta, outras podem ser encontradas. Articulando num esquema lógico — como tentaremos fazer, ainda que apenas sob a forma de mero *esboço* não formalizado e provisório — essas várias referências, poderemos construir o *modelo empírico* de uma determinada *situação* (e da sua *dinâmica funcional*), a fim de verificar em que medida um tal modelo é susceptível de nos ajudar a interpretar o tipo de comportamentos juvenis considerado.

Ora, dado que estamos perante jovens ligados às mais elevadas fracções de classe da sociedade, uma segunda referência, que se afigura essencial, diz respeito a *um certo sistema de relações interfamiliares,* que parece característico dessas categorias sociais — burguesas, aristocratizadas ou de estirpe pròpriamente aristocrática —, pelo menos num grande número de países. Esse sistema é sustentado por uma estreita rede de laços de parentesco, de interesse e de convívio que ligam entre si as «grandes famílias». Aliás, por vezes, estas designam-se umas às outras por «as famílias conhecidas» — e são, de facto, as famílias que mùtuamente se conhecem e reconhecem como fazendo parte de um certo «meio».

No conjunto, constituem indiscutìvelmente *um meio social* extremamente bem caracterizado e demarcado, cujas fronteiras com o exterior — ou seja, com as outras camadas sociais — aparecem perfeitamente nítidas àqueles que lhe pertencem. São, de resto, simbolizadas — ao nível dos comportamentos quotidianos — por detalhes que, vistos de fora, se poderiam julgar insignificantes [9], mas que se revelam, pelo contrário, carregados de significação a quem, de dentro, os sabe «ler» e interpretar como *sinais de distinção* e de *pertença ao «meio»*.

Uma das funções básicas da *educação familiar,* tal como ela aí se concebe, reside precisamente em inculcar à criança e ao adolescente os princípios, modelos e normas que lhes hão-de permitir, não apenas distinguir-se e identificar-se claramente como membros do «meio», mas também fazer sem hesitação a triagem entre «quem é do meio» e «quem não o é». O manejo, nessa educação, de noções muito simples, mas fortemente pejorativas — como as de «ordinário» e «vulgar» —, para qualificar tudo o que, nos usos, costumes, actos e gostos de terceiros, se revele contrário às normas do «meio» parece facilitar singularmente a consecução daquela finalidade, uma vez que se afigura especialmente favorável à formação, na criança e no adolescente, de um grande número de

[9] Coisas como: darem-se as mulheres, ao saudarem-se, um só beijo na face, e não dois; usarem-se certas particularidades vocabulares; o beija-mão, mas só em determinadas circunstâncias rigorosamente convencionadas; os tipos de tecidos e padrões adoptados no vestuário masculino; a afectação da voz feminina, por exemplo através da infantilização da pronúncia e alongamento das vogais tónicas, nas jovens, ou mediante colocação num registo artificialmente grave e mesmo um pouco rouco, nas mulheres de mais idade, etc.

mecanismos, bem dirigidos e estabilizados, de rejeição psicológica, cultural e social de tudo o que é pejorativamente qualificado pelo «meio». Assim, através da educação, o «meio» procura preservar-se da indistinção [10], proteger-se contra todo o possível esbatimento no traçado das suas fronteiras, banir o risco que lhe viria da possibilidade de «entradas» ou «saídas» não rigorosamente controladas; numa palavra: procura *perpetuar a sua unidade,* sem perigo de que as novas gerações a comprometam. Ora é neste aspecto que o sistema de relações interfamiliares a que acima nos referimos parece desempenhar um papel que se afigura de excepcional importância.

Do ponto de vista que aqui nos interessa, o essencial parece consistir em que, através desse sistema, as famílias enquadram espontâneamente os seus filhos num bem definido *círculo social* que, se, por um lado, é suficientemente amplo para, ao mesmo tempo, lhes evitar, em princípio, a necessidade de procurar contactos e relações no exterior e lhes consentir uma larga margem de liberdade na escolha dos seus afectos e companhias, por outro lado encontra-se suficientemente vigiado e controlado pelo conjunto das famílias (ou seja, pelo «meio») para que eventuais propensões para a evasão, ou para usar indevidamente daquela liberdade, possam ser fàcilmente detectadas e provoquem adequadas reacções neutralizantes. Simplesmente, é de supor que o próprio alto nível de despesa facultado por muitas famílias do «meio» aos seus filhos *tende* naturalmente a *separá-los* dos demais jovens, quer porque alimenta um padrão de vida que estes não podem adoptar e que, por conseguinte, contribui para os excluir do círculo social onde aqueles evoluem, quer porque frequentemente estabelece uma tal diferença de condições e de hábitos entre os jovens do «meio» e os outros, que relações duráveis de carácter pessoal entre aqueles e estes se podem tornar, para ambas as partes, muito pouco satisfatórias e relativamente impraticáveis. Deste modo, será sobre um conjunto de jovens que já de si mesmos tendem — em consequência de uma determinada educação e de um determinado nível e estilo de vida — a confinar-se num círculo de relações sociais particularmente selectivo que irá ainda incidir uma acção colectiva *espontânea* (isto é, que faz parte dos costumes normais do «meio»), da qual resulta enquadramento e *contrôle pelo conjunto das famílias* e acentuação da tendência daqueles jovens para o confinamento social.

O suporte sociológico basilar de uma tal acção é representado, tudo o sugere, pela densa teia de relações de parentesco e de convívio, que, ligando entre si as famílias, ligam também os seus filhos, facultando-lhes desde baixa idade uma convivência numerosa, optativa e, no entanto, socialmente muito homogénea, pois que limitada a crianças e adolescentes do próprio «meio». Por outro lado, a densidade daquelas relações dá motivo — também

[10] O que leva, de resto, a fazer evoluir as suas normas, a fim de que a distinção se mantenha, quando outras camadas sociais, demasiado próximas do «meio», copiam e adoptam alguma das normas que anteriormente eram exclusivas deste último.

tudo o indica — a que se estabeleça, no «meio», um permanente *circuito interfamiliar de informação,* através do qual cada uma das famílias recebe das demais indicações que de outro modo lhe faltariam e que lhes permitem acompanhar e «julgar» a evolução moral e social dos seus filhos. Essa informação seria, porém, relativamente escassa e insegura no caso de a vida social dos jovens se não concentrar, em escala muito sensível, *no próprio quadro físico do «meio»*. O «meio» necessita, por conseguinte, de que uma tal concentração se efectue.

Três *instituições* fundamentais [11] — as «festas», as férias e certos colégios femininos (um pouco também, mas, ao que parece, menos, alguns colégios de rapazes) — correspondem precisamente a essa necessidade. As «festas» e as férias são *actividades sociais* cujos aspectos lúdicos mais evidentes encobrem decerto outras funções de muito maior relevância que efectivamente desempenham. As primeiras, organizadas ou controladas pelas famílias (mais exactamente, pelas mães), reúnem regularmente e com grande frequência, ao longo do ano, nas residências familiares de sucessivas jovens do «meio», um número considerável de rapazes e raparigas. As segundas estabelecem um convívio mais intenso e demorado em grupos de jovens de ambos os sexos que uma mesma família convidou para a sua casa de campo ou de praia, ou cujas famílias se instalaram, para o veraneio, junto umas das outras. Em conjunto, tanto daquelas como destas resulta seguramente que «a vida social» dos jovens se tende a concentrar *no próprio quadro material do «meio»,* o que, a suceder, torna possível às famílias manterem colectivamente os seus filhos quase permanentemente *sob observação.* Por outro lado, dão certamente lugar a que os jovens do «meio» se conheçam melhor, criem e consolidem relações, estabeleçam intercâmbios de afecto e escolham livremente parceiro para um futuro casamento endogâmico. Exercem, sendo assim, funções de *«contrôle» social* do «meio» sobre os jovens e de *preservação da unidade e continuidade* do próprio «meio»

Certos colégios femininos, não raro intencionalmente criados para educar as jovens do «meio», constituem, segundo toda a verosimilhança, como que a *placa giratória* deste sistema de relações e actividades, mediante o qual, como através de outros processos sociais a que em parte já aludimos, o «meio» naturalmente se controla e preserva. Com efeito, se o conteúdo da educação aí ministrada é importante, pois que confirma e reforça, em termos *absolutos* de moral, religião e cultura, os modelos, normas, valores e projectos *próprios do «meio»,* não menos importante se afigura o denso núcleo de *relações femininas juvenis* que neles se forma. Para as «festas» ou férias em suas casas, as jovens convidam, não apenas, como é lógico, as suas amigas de colégio, mas também os respectivos irmãos, primos ou amigos, que aliás tiveram provàvelmente ocasião de conhecer quando foram convidadas para «festas»

[11] Em relação ao «meio», trata-se verdadeiramente de *instituições,* na acepção antropológica do termo.

ou férias em casa daquelas. Desta sorte, o colégio funciona, supomos, como *núcleo dinâmico* de um amplo processo de aproximação e relacionação dos jovens de ambos os sexos dentro do «meio», ou, melhor, dentro *do próprio quadro físico do «meio»*. É, portanto, de admitir que, sociològicamente, o colégio, desde que frequentado essencialmente por jovens do «meio», se transforma ele mesmo num dos elementos mais importantes daquele quadro, transformando-se, do mesmo passo, num dos elementos mais importantes do sistema de *contrôles* socioculturais de que o «meio» espontâneamente se dota e que lhe permitem defender e assegurar a sua unidade, distinção e continuidade.

Eis aí o esboço de *modelo empírico* que procurávamos construir a respeito da *situação* de certa categoria de jovens na sociedade, considerada em alguns aspectos essenciais, tanto da sua condição específica de jovens, como da sua condição de membros da estrutura social. Não cremos necessário demonstrar longamente que a *jeunesse dorée,* donde partimos para *o construir,* corresponde ao tipo social de comportamento juvenil que nos será lícito esperar que surja de tal condicionalismo, no caso de este se manter e operar na sociedade, sem que factores exógenos ao «meio» perturbem sèriamente o seu funcionamento ou alterem substancialmente quaisquer dados importantes da sua estrutura ou do seu enquadramento social. Com efeito, recorrendo a um conceito-chave utilizado por Erik ERIKSON, somos levados a deduzir que, *dentro* da situação configurada no modelo, *o jovem se encontra socialmente condicionado para não ter de enfrentar uma «crise de identidade»* [12] — ou seja, que, tal como o jovem burguês ou o moço fidalgo de outrora, ele se acha desde o princípio «identificado» pelo «meio» homogéneo em que evolui e desde muito cedo a si mesmo *«se identifica»,* em termos suficientemente claros: é — e «sabe» que é —, tanto para o «meio» como para si próprio, *um jovem do «meio»,* predeterminado a ocupar e a dar continuidade às posições de poder e prestígio que o «meio» detém na sociedade. Por outras palavras: tudo lhe está propiciado, no «meio», para *não ter de se interrogar* acerca do mundo social que o rodeia (um mundo que de certo modo ele vê *do alto*), nem, por conseguinte, acerca de si mesmo como membro da sociedade, da sua posição e função dentro dela, isto é, da sua *identidade.*

O tempo liberto de «responsabilidades sociais directas» (familiares, profissionais) que lhe é concedido, lògicamente não pode, por conseguinte, revestir-se para ele, salvo por excepção, do significado, que terá para outros jovens, de um período de busca e adopção de imagens, valores e projectos a assumir como próprios

---

[12] Se quiséssemos situar-nos em perspectiva estritamente sociológica, diríamos: o jovem *não tem* de enfrentar uma situação *anómica.* Entenda-se porém, que nos referimos aqui ao conceito de *anomia* tal como o utiliza Talcott PARSONS *(Essays in Sociological Theory,* edição revista, Free Press of Glencoe, 1954, cap. VII): situação social em que os indivíduos se encontram perante *uma indeterminação* de objectivos, uma incerteza das normas de conduta, um conflito de expectativas, uma privação de referências a símbolos bem definidos e estáveis. A obra fundamental de Erik H. ERIKSON é a seguinte: *Adolescence et Crise. La Quête de l'Identité,* trad. do inglês, Flammarion, 1972.

e caracterizadores da sua «identidade». Que poderá então ser senão um tempo de despreocupado desfrute da sua mesma «liberdade» provisória? Evidentemente, não ficam excluídos, assim, eventuais conflitos entre jovens e adultos *no interior do «meio»*, dado que este só pode consentir àqueles «liberdade» na medida em que ela se restrinja às formas e aos limites compatíveis com a sua unidade, distinção e perdurabilidade. Mas tratar-se-á precisamente de conflitos acerca de *normas interiores ao «meio»* e, por isso, desprovidos de alcance ideológico ou político para a sociedade global.

A. SEDAS NUNES, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Edit., 2.ª ed., 1969, pp. 105-110 (versão adaptada).